



Aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, realizou-se, pelas dezasseis horas e trinta e cinco minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Sandra Marina Lopes Frota Gomes e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva.

O Sr. Vereador Fernando Miguel Catarino José esteve presente em substituição do Sr. Vereador Paulo Alexandre da Cruz Lopes, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de identidade e legitimidade de membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

O Sr. Vereador Fernando Manuel Monteiro esteve presente, em substituição do Sr. Vereador Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de identidade e legitimidade de membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 3 e 4.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do Artigo 24.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do Artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.

Índice

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 16 de setembro de 2020.**
 - 2. Deliberação n.º 312/20 – Proposta n.º 12/2020 – GAP – Proposta de pronúncia da Câmara Municipal de Setúbal, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 56/2020, de 12 de agosto, por alteração dos Decretos-Lei n.º 21/2019 e n.º 23/2019 – Quadro de transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais nos domínios da Educação e da Saúde.**
 - 3. Deliberação n.º 313/20 – Proposta n.º 13/2020 – GAP – Proposta de pronúncia da Câmara Municipal de Setúbal, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto – Transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais no domínio da ação social.**
 - 4. Deliberação n.º 314/20 – Proposta n.º 70/2020 – DAF/DICONT – 12.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 11.ª ao Plano de Atividades e 10.ª ao Plano Plurianual de Investimentos.**

5. **Deliberação n.º 315/20 – Proposta n.º 16/2020 – DRH/DIDEC – SIADAP 1 – Ratificação da Avaliação das Unidades Orgânicas referentes ao Ano de 2019.**
 6. **Deliberação n.º 316/20 – Proposta n.º 3/2020 – CBSS – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “Transportes Bizarro Duarte Lda.”**
 7. **Deliberação n.º 317/20 – Proposta n.º 31/2020 – DOM/DIHAB – Proposta de celebração de protocolo para a implementação do estúdio de som e vídeo “Espaço Nosso Bairro, Nossa Cidade” Bela Vista.**
 8. **Deliberação n.º 318/20 – Proposta n.º 32/2020 – DOM/DIHAB/SEGAH – Venda de habitação pública municipal Bairro da Bela Vista – Rua do Antigo Olival, 8 – A41.**
 9. **Deliberação n.º 319/20 – Proposta n.º 33/2020 – DOM/DIHAB/SEGAH – Venda de habitação pública municipal – Bairro Pote D’Água – Rua José Luciano de Carvalho, 2 – 6.º B.**
 10. **Deliberação n.º 320/20 – Proposta n.º 34/2020 – DOM – Concurso Limitado por Prévia Qualificação 04/2020/DOM – “Museu de Setúbal – Recuperação do Convento de Jesus – Alas Norte e Nascente” – Aprovação dos Relatórios Preliminar e Final da fase de análise das propostas – Adjudicação.**
 11. **Deliberação n.º 321/20 – Proposta n.º 73/2020 – DCDJ/DICUL – Apoio à Associação Setúbal Voz – Temporada de Recitais do Ateliê de Ópera de Setúbal.**
 12. **Deliberação n.º 322/20 – Proposta n.º 74/2020 – DCDJ – Protocolo Supera Setúbal – Melhoramento de fachadas de prédios de habitação de zona envolvente.**
 13. **Deliberação n.º 323/20 – Proposta n.º 23/2020 – DES/SEMAPE – Acordo de Colaboração para remoção de materiais de construção com amianto na sua composição da Escola Básica de Aranguez, Escola Básica de Azeitão, Vila Nogueira de Azeitão e Escola Secundária Dom Manuel Martins, ao abrigo do Despacho n.º 6573-A/2020, de 23 de junho.**
- C) **Período destinado à intervenção do público.**

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento dos mapas relativos aos despachos proferidos pela Sra. Presidente no âmbito do seu Gabinete e do Departamento de Urbanismo (incluindo licenciamentos), conforme documentos anexos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 6 a 8.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente no âmbito do Departamento de Recursos Humanos, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 9.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Vereadora Eugénia Silveira no âmbito da Divisão de Fiscalização e Apoio Jurídico, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 10.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que tinha um alerta para a Sra. Presidente. Tinha-lhes chegado alguma preocupação, por parte de alguns vendedores do Mercado do



Livramento, relativamente à fila que se criava, principalmente durante os fins-de-semana, no acesso limitado à entrada do mercado devido às medidas do COVID. A questão que era levantada tinha a ver com a falta de condições que não estavam criadas. Não faziam parte, fisicamente, do edifício, mas poderiam, eventualmente, ser colocadas umas proteções amovíveis, umas coberturas, para as pessoas que, no tempo de chuva, aguardavam a sua entrada no mercado.

Não sabia se isso seria possível. Era, apenas, uma sugestão que faziam, porque muitas pessoas não estavam disponíveis para ficarem numa fila imensa, principalmente ao sábado e ao domingo, a aguardar a sua entrada, quando estava a chover. Isso tinha retirado algumas pessoas do mercado e era uma situação que levantava preocupação, por parte dos vendedores. Também preocupava, obviamente, e, certamente, à Câmara Municipal.

Sendo o Mercado do Livramento um ex-libris da cidade tinham que procurar uma solução para resolver essa situação que lhe parecia exigia algum investimento, dado aquilo que o mercado representava para Setúbal, para a população e para os seus vendedores, justificar-se-ia, certamente.

Era essa sugestão que queria deixar para que se estudasse uma forma de criar uma cobertura que pudesse ser retirada, obviamente, quando o tempo já não fosse de chuva, mas que pudesse, naquele período de inverno e outono, proteger quem esperava a sua entrada no mercado.

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Disse que tinha duas questões para colocar. Uma prendia-se com a situação da pandemia em Azeitão, porque tinham-lhe chegado alguns relatos de que teria surgido recentemente um surto de COVID e as pessoas estavam um pouco alarmadas, atendendo à pouca informação que se tinha sobre o assunto.

Aquilo que queria perguntar à Sra. Presidente era se a Câmara e as autoridades de saúde estavam a acompanhar a situação e se seria possível saber, naquele momento, qual era a situação em termos do número de infetados que pudessem existir em Azeitão, porque entendia que a informação era importante. Uma população informada estaria, com certeza, em melhores condições de tomar mais medidas de cautela e, com isso, ajudar a que a progressão da pandemia não fosse tão rápida e, portanto, tentar, pelo menos, minimizar essa situação. Tinha sido muito falado em Azeitão que tinha surgido um surto e era essa a questão que queria colocar.

A outra questão tinha a ver com os Bombeiros Sapadores de Setúbal, porque também tinham surgido algumas notícias, nomeadamente um comunicado da direção do sindicato, que fazia acusações que lhe pareciam graves ao comandante dos bombeiros, onde referia que existiam queixas-crime contra a autarquia, que o comandante dos bombeiros não estaria a cumprir as diretivas da Direção-Geral de Saúde no que dizia respeito ao COVID. Se isso era assim, parecia-lhe grave e queria que a Sra. Presidente esclarecesse o que se andava a passar naquela corporação de bombeiros da autarquia.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que tinha algumas questões para levantar. A primeira delas prendia-se com uma situação que vinha sendo recorrente nos últimos meses na Reboreda, nomeadamente na Rua de São Jorge, que era a rua depois da Rua de Nossa Senhora, em que as Águas do Sado tinham feito várias intervenções num cano de abastecimento de água. Faziam uma reparação, depois a canalização voltava a rebentar, faziam outra reparação e voltava a rebentar (a Sra. Presidente, certamente, teria esse conhecimento.) Numa semana, chegava a acontecer essa situação duas vezes.

Portanto, embora essa situação fosse da responsabilidade da empresa Águas do Sado, a Câmara Municipal tinha que ter uma intervenção direta sobre a empresa, no sentido de esse assunto ser, de uma vez por todas, resolvido e ser feita a substituição na íntegra e não reparações parcelares, como tinha vindo a acontecer. Começava na Rua de São Jorge e ia até lá abaixo. Inclusivamente, o trânsito tinha estado interrompido.

Havia outro problema com um dos rebentamentos que tinha partido o muro de um morador e tinham retirado, inclusivamente, o gradeamento. Já lá ia mais de um mês e não tinha havido qualquer tipo de reparação. Pedia à Sra. Presidente para a Câmara ter essa intervenção.

A outra questão pensava que também era de simples resolução. Os moradores da Rasca pagavam, como todos em Setúbal, uma taxa, mas não tinham ecoponto. Aquela zona não tinha um ecoponto para separação do lixo. Numa altura em que estavam todos a lutar para que essa separação fosse efetiva no concelho, a verdade era que as pessoas que ali residiam faziam o pagamento dessas taxas, mas não tinham. Tinham um vidro já muito antigo, todo partido. Quando colocavam lá as garrafas, aquilo ia tudo para o chão. Portanto, pensava que também era fácil a Câmara - junto da Amarsul - ter ali uma intervenção, no sentido de ser lá colocado um ecoponto.

A terceira questão e penúltima, que também pensava que era algo que afetava um pouco toda a cidade. A Câmara certamente estaria atenta e pensava que em alguns pontos da cidade já teria havido alguma intervenção, mas a verdade é que esse problema das ratazanas e das baratas continuava a afetar muito o Bairro das Amoreiras e o Bairro do Liceu. Ainda naquela manhã uma moradora na Praceta das Amoreiras tinha entrado em contacto com ele. Residia numa daquelas caves e tinham-lhe entrado não uma, mas duas ratazanas pela janela. Portanto, era algo que incomodava - e muito - aqueles moradores.

Pensava que a Câmara Municipal de Setúbal estaria atenta, também, a esse problema. Era um problema que não era só daquela zona, mas gostaria de perceber o que estava a ser feito ou o que estava a ser equacionado para resolver esse grande problema que iam tendo, pelo menos naquela zona, com a questão das baratas. As pessoas queixavam-se, efetivamente, muito desse problema.

Depois, tal como tinha levantado o Sr. Vereador Fernando Monteiro, iria, também, tentar perceber, por parte da Sr.ª Presidente, o que é que se estava a passar, naquele momento, nos Bombeiros Sapadores. Já eram muitos casos, eram demasiados casos, nos Bombeiros Sapadores.

Desde 2009, de quando em vez, estavam ali, na reunião de Câmara, a falar dos Bombeiros Sapadores. Não estavam a falar do tal sindicato que era dirigido por socialistas. Estavam a falar de uma situação que tinha acontecido não com um, mas com 6 bombeiros. Não eram quaisquer bombeiros, eram bombeiros que tinham já alguns anos de carreira. Muitos deles eram subchefes. Aquilo que teria acontecido naquele dia e que tinha vindo a público - não só nas redes sociais, mas nos comentários que eram feitos pela cidade, também -, tinha sido que o primeiro desses bombeiros que tinha sido chamado para conduzir uma viatura VOPE 04, no sentido de transportar 3 crianças, que estariam assintomáticas com COVID-19, de Azeitão para o Alfeite.

O primeiro bombeiro não se tinha recusado a fazer o serviço, tinha-se recusado a fazer o serviço naquela viatura - na viatura VOPE 04 -, porque aquela viatura não estava destinada ao transporte de doentes, estava destinada ao transporte de passageiros. Aquela viatura apenas abria as duas janelas da frente, as janelas de trás não abriam. Para além de aquela viatura ter essas janelas de trás que não abriam, não tinha qualquer divisória. O facto de poderem afirmar que aquela viatura era uma viatura de 9 lugares e que existia um distanciamento entre o motorista e as crianças, que podiam ir no banco traseiro, não era suficiente, ou, pelo menos, não tinha sido suficiente para esse bombeiro, que não tinha recusado fazer o serviço, tinha recusado fazer o serviço naquela viatura.

Tinham chamado o segundo e o segundo também se tinha recusado. Assim tinha sido com o terceiro, o quarto, o quinto e com o sexto. Portanto, estavam a falar de uma situação que era, do ponto de vista dos bombeiros - e não só desses seis - uma situação grave. A ser verdade que tinham sido levantados processos disciplinares e que os bombeiros estariam suspensos - e pensava que isso seria verdade - a situação ainda se tornava mais grave.

Pensava ele e pensava a bancada do Partido Socialista que esse tipo de situações já se vinha repetindo havia muito tempo, porque o diálogo não existiria naquela companhia. Portanto, aquilo que pretendiam saber era se, efetivamente, tudo isso - e pensavam que sim - correspondia à verdade, se existia mesmo a suspensão desses 6 trabalhadores e se tinham



sido levantados esses processos disciplinares, para tentar também perceber se, efetivamente, essa viatura reunia, ou não, essas condições - a eles, parecia-lhes que não reunia essas condições - e saber se existiam outras viaturas, porque tinham conhecimento que existiam. Gostariam de ter essa informação, da parte da Sra. Presidente ou do Sr. Vereador responsável pelo pelouro. Existiriam duas viaturas que teriam essas condições, mas estariam paradas no quartel por não terem a devida inspeção feita. Portanto, aguardando os esclarecimentos, ficava por ali.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que na Avenida dos Ciprestes, na ligação entre a Avenida dos Ciprestes e a Rua das Galroas - onde iria, certamente, aparecer uma rotunda em frente ao estabelecimento Electrolux -, queria deixar a nota de que, quem tinha necessidade de fazer essa curva, saía obrigatoriamente fora da sua mão e entrava na via de quem descia. O passeio tinha uma largura substancial, devido à ciclovia, que acabava ali, precisamente e, depois, não existia passeio para ela continuar. Quem fazia essa curva para ir para cima, para a Rua das Galroas, para apanhar a Avenida Lima de Freitas ou Poçoilos, pisava quase obrigatoriamente a via de quem fazia a descida. Portanto, era só um alerta, para ver se os serviços podiam dar uma olhadela ao que se passava naquela curva.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Disse que, em relação às questões que o Sr. Vereador Fernando José tinha colocado, a metodologia que tinham para a questão das pragas era constante e era feita ao longo do ano.

Tinham um plano de desinfestações que era realizado através de uma empresa especialista da área, que era a empresa CED, e iam fazendo, de acordo com esse plano, as desinfestações regulares. Faziam, normalmente, em três áreas: ratos, baratas e insetos. Quando tinham algumas situações urgentes ou emergentes, eles também faziam fora do plano, iam lá e tratavam do assunto.

Havia pouco tempo, tinha sido reforçado a desinfestação da área junto da Praceta Florbela Espanca. Portanto, iria reforçar com a empresa a desinfestação junto da Praceta das Amoreiras.

Em relação ao ecoponto, também tinha tomado boa nota.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que não era nenhuma resposta a nenhuma das questões colocadas. Era só para dar nota, porque no exercício da democracia era legítimo que os senhores vereadores do PS e do PSD colocassem um conjunto de questões ao executivo municipal, mas achava que também era importante referir que, para além dessas questões, que eram questões do quotidiano da cidade, havia um conjunto de outras que eram tão importantes e que não podiam deixar de dar nota. Queria, muito rapidamente e sem prejuízo de tantas outras que poderiam ser referidas, deixar quatro apontamentos que lhes pareciam fundamentais.

Em primeiro lugar, de facto, aquele tinha sido um final de semana absolutamente fantástico para a cidade de Setúbal. Mesmo num contexto que todos viviam, com alguma apreensão, inquietude e atentos aos desafios que eram colocados relativamente à pandemia do COVID-19, o município não tinha deixado de promover, respeitando todas as regras, um conjunto de iniciativas que lhes pareciam fundamentais para continuar a dar às pessoas a possibilidade de se sentirem capazes de enfrentar os desafios da vida. Por isso, queria deixar esses quatro apontamentos.

Em primeiro lugar, a programação do Fórum Municipal Luísa Todi, que tinha sido absolutamente notável, com um conjunto de eventos desde o concerto da Armada com os UHF, falar, também, das obras integrais para piano de Beethoven, com a Orquestra Metropolitana e com o pianista António Rosado, para não falar na noite de segunda-feira, com um concerto no âmbito da Festa da Ilustração, com o JP Simões e com o Manel Cruz, ex-vocalista dos Ornatos Violeta.

A propósito disso, também falar da Festa da Ilustração, a maior festa de ilustração realizada em Portugal, com os maiores ilustradores do país e com convidados internacionais. Num

tempo em que acreditava que a todos inquietavam as preocupações dos radicalismos, a ilustração era ainda um espaço de liberdade para afirmar o pensamento e para afirmar, de uma forma consciente, também o questionamento daquilo que se ia passando um pouco pelo mundo e pelo país. Portanto, também, em nota de informação, mas também de convite a todos os vereadores e ao público presente, para que, se tivessem oportunidade, nos mais diferentes espaços da cidade, visitassem as fantásticas ilustrações, da Casa da Cultura à Galeria do Quartel do 11, da Gráfica ao Museu do Trabalho. Enfim, estavam um pouco espalhados pela cidade. Pensava que eram demonstrativos da qualidade e da oferta desse evento.

Ainda uma nota de um evento que iria começar na sexta-feira seguinte, o Film Fest, dizer que era um evento que, infelizmente, pelas circunstâncias da pandemia, não tinha sido possível ser concretizado o desenlace, mas estava nomeado para Melhor Festival Cultural e de Programação Cinematográfica da Península Ibérica, que iria ter o início da 2.ª edição a partir de sexta-feira, no Fórum Municipal Luísa Todi. Também deixava essa nota, de uma programação absolutamente fantástica.

Queria, ainda, ressaltar dois aspetos. Num contexto difícil, Setúbal tinha dito “*Sim*”, até considerando o próprio apelo do senhor Presidente da República, à Volta a Portugal em Bicicleta e não tinha sido por acaso, porque sabiam bem que aqueles atletas precisavam de competir. Por isso, também tinha sido um sinal que a Câmara tinha dado, a par de outros municípios, ao receber a Volta a Portugal em Bicicleta, uma iniciativa com enorme sucesso, que tinha tido, também, essa notável possibilidade de termos no domingo a Volta em Setúbal. Não podia deixar de dizer aquilo que magoava tantos, que tantos tinham dito que não queriam, mas que ia ter lugar no próximo sábado, que era a reinauguração do Convento de Jesus e devolver à cidade aquilo que outros não tinham querido devolver, aquilo que outros não tinham querido recuperar, aquilo que outros tinham esquecido, aquilo que outros, de alguma forma, tinham achado que não era relevante poder ter as condições que tinha. Não podia deixar de enunciar, de anunciar o quanto importante era o evento do fim-de-semana e dizer que, de facto, se não fosse o município, Setúbal não teria um dos mais importantes patrimónios nacionais ao serviço de todos e para que todos pudessem usufruir.

Isso era, de facto, muito importante ser referido e queria, também, dizer que tinha sido aquele executivo municipal que tinha tido a coragem e a capacidade de se responsabilizar por aquilo que ia ser possível a partir de sábado, devolver a todos os setubalenses e a todos aqueles que nos que visitassem.

Portanto, queria deixar essas notas, porque havia mais vida para além do COVID. Havia mais vida para além dos problemas que eram ali colocados e Setúbal, sem deixar de enfrentar esses problemas, continuava a fazer o seu trabalho, para que se continuasse a ser feliz na cidade.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que só queria dar duas ou três notas. Em relação à questão do COVID tinha sido levantada a questão do caso de Azeitão. Azeitão tinha tido um surto havia tempos, que tinha sido controlado e tinha outro que estava controlado. A saúde pública estava a acompanhar. A informação sobre o número de casos era uma informação que a saúde pública não dava ao nível das freguesias e percebia-se porquê, na medida em que se tratava de pequenos casos ou de poucos casos e a identificação das pessoas era praticamente imediata. Portanto, a estratégia da saúde pública era de preservar as pessoas que estavam doentes ou que estavam em isolamento. As nossas juntas de freguesia, a saúde pública, o Serviço de Proteção Civil e a Segurança Social estavam a acompanhar em pormenor todos os processos, esse inclusive. Havia uma dezena ou duas de testes a fazer, de despistagem. Era esse o quadro de Azeitão.

Portanto, quem quisesse saber mais teria que perguntar à saúde pública. A informação que tinham era essa, dada naquela manhã, quer pela saúde pública, quer pela Segurança Social, e, depois de almoço, numa reunião da Comissão Distrital de Proteção Civil, que acompanhava, a par e passo, todos esses processos.

4

Tinha havido um ligeiro crescimento dos casos na península de Setúbal, um crescimento muito grande na região de Lisboa e Vale do Tejo, mas, na península, um crescimento não muito acentuado, mas um crescimento.

Uma nota interessante era que a maioria dos surtos identificados já não eram propriamente dos lares e das grandes concentrações de pessoas, mas eram, sobretudo, as concentrações de pessoas inorgânicas, ou seja, convívios de amigos, ajuntamentos familiares, várias famílias, etc. A maioria dos surtos ativos advinha desse tipo de convívios.

Em relação às realizações organizadas – ia colocar essa questão a pretexto da Volta a Portugal e a pretexto dos espetáculos que estavam a ser desenvolvidas em Setúbal e por todo o país -, nas iniciativas culturais, desportivas, estruturadas e organizadas e com proteção e com plano de contingência não havia indicação de um único foco com origem nesse tipo de espetáculo. Já tinham sido centenas de espetáculos, incluindo a Festa do Avante. Não havia nenhuma indicação de focos decorrentes da Festa do Avante e das centenas de realizações culturais que estavam a ser realizadas no país inteiro e bem, retomando a normalidade possível no quadro da proteção das pessoas, respeitando os respetivos planos de contingência.

Isso era muito importante, porque era uma evidência confirmada até àquele momento. Podia ser que isso se alterasse, que houvesse alguma iniciativa cultural ou outra que desse algum surto, mas, até aquele momento, nenhuma tinha dado e já tinha havido mais que tempo para se provar que nenhuma tinha dado, era um facto objetivo, o que queria dizer que tínhamos que fazer mesmo a nossa vida com a normalidade possível, mas fazê-la e fazer as atividades e recuperar mais normalidade na nossa vida quotidiana, para além da vida laboral.

Também estava demonstrado que não era no espaço laboral que aconteciam, com as pessoas protegidas, com regras e com planos de contingência a ser aplicados que estavam a acontecer os surtos. Os surtos em espaço laboral estavam a vir de fora, desses tais convívios familiares, de amigos, etc, dos cafés, dos restaurantes. Tinha sido assim e essa era uma tônica que se confirmava ao longo do último mês e já vinha com essa nota no período de férias.

Era só para registar que isso dava uma certa segurança e dava uma certa perceção de que valia a pena tomar as medidas de prevenção e manter a nossa vida com essa preocupação da proteção, que os resultados pareciam que estavam a ser positivos.

Portanto, em relação à pandemia, só uma nota complementar, tendo em conta que a preocupação com as escolas era muito grande, visto que as escolas tinham reabrido. Já havia tempo de ter uma ideia da evolução, pelo menos daquele primeiro período das escolas. Na região de Lisboa e Vale do Tejo, tínhamos 78 casos positivos, de toda a região, e eram milhares de alunos, centenas de turmas, dezenas e dezenas de escolas, se não centenas de escolas. Tínhamos 78 casos positivos, dos quais 57 eram alunos, depois 15 docentes e 7 auxiliares e outros trabalhadores, estavam apenas 14 turmas em quarentena, no conjunto da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Na península, havia apenas indicação de 6 casos positivos e em Setúbal, a não ser que o Vereador Ricardo tivesse alguma informação mais atualizada, não havia registo naquele momento.

Tudo isso só para dizer que era grande a preocupação com as escolas, que se mantinha. As medidas tomadas pela comunidade escolar, aparentemente, estariam a funcionar. Até aquele momento, era esse o quadro que a estrutura da saúde da região de Lisboa e Vale do Tejo tinha identificado no conjunto da comunidade escolar, o que era um dado positivo. Era uma informação positiva, tendo em conta a dimensão gigantesca da comunidade de que estavam a falar.

Em relação à questão das Águas do Sado, obras na Rua de São Jorge, iam ver o que é que se estava a passar. Podia não ser uma intervenção muito complexa, mas tinha que se saber exatamente o que é que se estava a passar. Ia ver com os serviços e, depois, podia trazer uma informação.

Em relação à questão da Avenida dos Ciprestes também tinha que se ir ver isso, porque era preciso ter em conta que estávamos a fazer algumas curvas e acessos para velocidades



muito limitadas. Já uma vez tinha acontecido que uma munícipe tinha vindo colocar o problema e dizia que, quando passava a 50 e 60 à hora numa dada curva tinha que pisar o passeio, mas o que lá estava era 30. Portanto, ela passava a 60 ou 70 e passava o passeio, se passasse a 30, passava na boa. Portanto, tinha que se perceber qual era a velocidade naquele local e a viragem, etc. e ver como é que estava o ângulo. Era uma questão que se podia ir ver sem nenhuma dificuldade. Os nossos serviços olhariam para isso.

Em relação à questão dos bombeiros, tinham duas situações. Tinha havido conversa à volta dos Bombeiros Sapadores de Setúbal em duas situações. Só queria dizer que os Bombeiros Sapadores de Setúbal tinham sido, por decisão política e técnica, poupados à atividade COVID. Tinha, naquele momento, todos os bombeiros voluntários, todo o INEM, toda a Cruz Vermelha envolvidos em transportes diários permanentes, a toda a hora, de manhã, à tarde e de noite, de doentes COVID, suspeitos COVID e na intervenção COVID.

Em relação aos Bombeiros Sapadores, tinham decidido reservá-los para intervenções de outro género, para ficarem para as outras áreas que sobravam. Os Bombeiros Voluntários também tinham estado envolvidas nos fogos naquela fase. No dia 15 acabava o DECIR e tinham que fazer as duas coisas ao mesmo tempo. Os nossos tinham ficado com uma ligeira reserva em relação ao COVID, não só para não se infetarem, mas, também, porque os riscos químicos, os riscos tecnológicos, os riscos urbanos, etc, precisavam de ter alguém em condições e por fora. Portanto, tinha havido essa preocupação.

Também tinha havido a preocupação de acordo com o plano de contingência interno da própria companhia, aprovado desde o início da pandemia, de garantir medidas de segurança e de proteção dos nossos bombeiros de todo o tipo, de acordo com as recomendações da saúde pública e do ponto de vista técnico, também, devidamente trabalhadas.

Apesar disso, os primeiros bombeiros a serem infetados em Setúbal tinham sido os nossos bombeiros, porque alguém tinha trazido de casa e tinha transmitido internamente. Tinha sido 6, 7, 8, 9. Naquele momento, só tinham um, que era o que tinha estado no hospital. O único que tinha estado no hospital ainda estava em casa e iria regressar a breve prazo. Em princípio, naquele dia regressava o penúltimo, que iria fazer o segundo teste COVID. Já tinha tido um teste negativo, iria fazer um segundo teste, para ver se confirmava o carácter negativo do teste. Portanto, a situação, desse ponto de vista, estava controlada.

Tinha ouvido uma conversa do Sindicato Nacional dos Bombeiros Profissionais, que tinha dito umas barbaridades sobre essa matéria. Não tinha sido a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, tinha sido um outro sindicato que tinha dito umas barbaridades, de quem não percebia o que se estava a passar. Nem percebia do socorro, porque, na altura, quando falaram de 6 bombeiros infetados e tinham dito que estava em causa o socorro em Setúbal, a companhia estava inoperacional, uma barbaridade desse género, sabendo eles ou não sabendo, mas deviam saber, que, mesmo que a companhia alguma vez ficasse toda INOP (inoperacional), o sistema de socorro distrital funcionava e qualquer município que tivesse a sua estrutura inoperacional estava protegido. Portanto, era uma conversa alarmista, sem sentido nenhum. A câmara tinha respondido e não conhecia mais que eles tivessem dito sobre isso. De qualquer maneira, isso tinha sido em relação às infeções. Essa tinha sido a primeira situação em que se tinha falado dos Bombeiros Sapadores de uma forma absolutamente disparatada.

A situação que tinham naquele momento era diferente. O que tinham tido tinha sido uma recusa ostensiva de bombeiros sapadores de cumprirem a sua missão nas condições em que já o tinham feito, nas condições em que eram feitas no país inteiro e nas condições de proteção suficiente para fazer um serviço. Podia haver condições melhores, ótimas, excelentes e outras, condições suficientes. Viam todos os dias viaturas de todo o tipo a transportar doentes COVID ou suspeitos COVID, com os motoristas devidamente equipados com o "kit" de proteção. Estava estabelecido, tecnicamente, que era aquele equipamento que protegia.

Era evidente que, como estavam a ver um pouco por todo o lado, os equipamentos nunca protegiam tudo. Por exemplo, havia médicos que tinham um super equipamento e, mesmo

assim, infetavam-se. Havia enfermeiros que tinham o seu equipamento e que também se infetavam. Portanto, acontecia, era um risco próprio da profissão que as pessoas detinham. Tinha sido invocado que a viatura não teria uma célula sanitária. Os transportes de doentes COVID e de outros doentes suspeitos de COVID não eram feitos com célula sanitária, necessariamente.

Aliás, a célula sanitária só tinha uma vantagem, era não haver tanta necessidade de proteger o motorista, porque, em geral, quando era obrigatória célula sanitária queria dizer que o doente estava muito doente. Então, ia sempre um médico, um enfermeiro, um bombeiro ou um técnico de saúde sentado ao lado do doente, com o equipamento completo do "kit" de proteção, que era aquele que na Companhia de Bombeiros Sapadores existia e que os motoristas deveriam ter usado porque o tinham disponível. Portanto, tinha sido uma recusa ostensiva ao exercício da sua função com as condições de exercício da sua função. Isso era completamente inadmissível em qualquer profissão e era particularmente inadmissível numa missão de socorro.

Tratava-se de três crianças com COVID de uma família que não tinha condições de confinamento em casa. O que tinha acontecido tinha sido que essas crianças tinham ficado outra vez com a família, desde a noite até de manhã, podendo infetar o resto da família, e a Base Naval tinha ficado, durante a noite, com uma equipa tremenda de apoio produzida, à espera das crianças que os senhores bombeiros se tinham recusado a transportar. Tinham tentado outros transportes com outras unidades, mas estavam ocupadas com milhentos transportes de todo o tipo e não tinha sido possível. Só tinha sido possível no dia seguinte fazer esse transporte.

Era uma situação que nos envergonhava. Era uma situação inaceitável de incumprimento do socorro à população. Já tinham tido um caso desses, não em COVID mas num fogo, de um bombeiro que se tinha recusado a executar a tarefa de apoio aos colegas que o seu chefe lhe tinha dito. Só não tinha tido um processo disciplinar porque tinha prescrito, por razões que não ia dizer. Por isso, não tinha sido sancionado, mas era daquelas situações em que era uma vergonha.

Portanto, tinham decidido abrir um processo disciplinar a esses seis bombeiros e tinham decidido suspendê-los por 90 dias, até o processo estar fechado - iam tentar, se o processo fechasse antes a suspensão caducava, naturalmente -, por uma razão simples: Não tinham a garantia de que, numa situação de necessidade de socorro, os mesmos bombeiros não se recusassem a fazer socorro e não podiam correr esse risco em relação à nossa população.

Isso tinha sido à noite e não tinha dormido bem, porque achava que era uma vergonha inaceitável. No dia seguinte, tinha feito uma reunião com as chefias todas dos bombeiros, que tinham revelado uma grande indignação com a situação. Não se podia permitir esse tipo de situações. Iria decorrer o inquérito que logo diria qual seria o resultado do processo disciplinar. A situação concreta era essa, não havia outra informação diferente dessa. Tinham uma ambulância que os próprios bombeiros podiam ter dito que preferiam ir nela, só que a ambulância fazia três transportes e teriam que ir junto da criança. Portanto, não havia justificação.

Não ia avançar outras coisas que já tinha falado com os bombeiros, mas quem tinha tomado a iniciativa de não avançar com essa ação tinha sido um bombeiro que tinha acusado o comandante de assédio. Tinha-se feito um inquérito sobre isso e tinha sido provado que não tinha havido assédio. Tinha sido demonstrado que esse bombeiro tinha mentido e disso ia dar nota à Inspeção-Geral de Finanças, que era quem acompanhava esses processos, e tinha sido aberto um processo disciplinar a esse bombeiro por difamação do comandante.

Portanto, sabiam exatamente o que é que se passava nos bombeiros. Sabiam quais eram os problemas, sabiam o que se passava com essas pessoas. Nesse processo estavam envolvidas pessoas que estavam sempre em situações estranhas e estavam pessoas que não estavam sempre. Pelo contrário, até estavam duas ou três pessoas envolvidas com quem, até aquele momento, não tinha acontecido nunca nada de especial, do ponto de vista profissional.

4

De qualquer maneira, essa era a informação que podia dar para esclarecer os senhores vereadores e a Câmara e dizer que, com o andamento do processo disciplinar, logo se veria qual era a saída. Era inevitável um processo disciplinar. Não aceitavam isso e não corriam esse risco, de haver mais uma falha de proteção à população, por parte dos primeiros que tinham que o fazer, invocando que não iam porque era um risco e tinham família.

Tinham tido, no corrente ano, seis bombeiros mortos nos fogos e tinham os bombeiros, dedicadamente, a atacar todos os riscos. Na 22 de Dezembro, numa clínica dentária, com uma explosão, um bombeiro podia até ter sido atingido de uma forma muito grave e outros, atempadamente, tinham verificado que estava a acontecer esse processo explosivo. Portanto, a vida de bombeiro era uma vida de risco, mas era preciso que essa atividade fosse feita com a proteção adequada. Era esse o caso, por isso não podiam permitir que isso passasse em claro.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que os esclarecimentos do Sr. Vereador Carlos Rabaçal eram suficientes, era a visão de uma parte. Obviamente que não iria entrar em pormenores, porque, como tinha dito e bem, o processo iria correr e, portanto, seria feito o apuramento do que efetivamente tinha acontecido. Não iria, também, falar sobre a questão do bombeiro assediado, porque não sabia a quem é que se estava a referir. Sabia que, efetivamente, havia um bombeiro dos sapadores, um bombeiro sapador, a quem a CITE tinha dado razão numa questão de assédio no quartel.

Portanto, essa situação era conhecida. Não sabia se era a esse que se estava a referir, mas havia um parecer duma situação de assédio. Aquilo que diziam era que já tinha sido dado o parecer pela CITE, como devia ter conhecimento. Eram demasiadas situações e não era apenas com um bombeiro.

Naquele caso concreto, não tinha sido um bombeiro que se tinha recusado, tinham sido seis que se tinham recusado. Portanto, como dizia e bem, o processo do inquérito disciplinar iria ditar o apuramento dos factos, através de uma sindicância que se esperava fosse imparcial, como sempre tinha acontecido, mas havia perguntas que tinham ficado sem resposta do Sr. Vereador. Nomeadamente a questão da viatura em causa, se tinha alvará para o transporte de doentes, porque o que constava era que a viatura de nove lugares tinha, apenas, alvará ou era, apenas, uma viatura de transporte de pessoal. A viatura, como tinha sido dito, não tinha divisória, não tinha as condições devia-se, se calhar, ter tido uma atenção para aquilo que era a orientação técnica n.º 8/2020 da Direção-Geral de Saúde.

Depois, queria perguntar, também, ao Sr. Vereador - que não tinha respondido à questão das duas viaturas que estavam paradas por falta de vistoria ou por falta de alvará -, se isso tinha algum fundo de verdade, essas duas viaturas que estavam paradas havia algum tempo.

Depois, queria saber, relativamente à formação para a abordagem a vítimas COVID e informação para desequipar, despir o "kit" de proteção individual depois do contacto com doentes, se isso também tinha sido feito aos bombeiros sapadores, se essa formação tinha sido ministrada.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que o Sr. Vereador fazia perguntas espantosas. A primeira questão tinha sido CITE. O Sr. Vereador estava ligado às questões do trabalho e sabia que um parecer da CITE não era uma decisão. O parecer da CITE tinha ido para a Inspeção-Geral de Finanças. A Inspeção-Geral de Finanças tinha perguntado à Câmara o que é que se passava. A Câmara tinha dito que entendia que não havia situação nenhuma dessas, mas que ia abrir um inquérito. Tinha sido aberto o inquérito e que no fim tinha sido provado que o bombeiro tinha mentido ostensivamente.

Esse inquérito tinha sido mandado para a Direção-Geral de Finanças. Entretanto, a Direção-Geral de Finanças não tinha dito mais nada. Tinha recolhido o nosso relatório e nunca mais tinha dito nada - devia ter dado por bom o relatório - e tinha-se decidido abrir um inquérito disciplinar ao bombeiro, por difamação. Era isso que estava a correr naquele momento.

Portanto, o Sr. Vereador podia rir-se à vontade, mas factos eram factos. Se não conhecia o processo, até podia, eventualmente, pedir para ler o processo. (Parecia que era especialista

de recursos humanos ou de questões de trabalhos.) Portanto, se não sabia que aquilo era assim, então não sabia mesmo, era um problema. Tinha sido assim que se tinha feito e tinha sido assim que a Inspeção-Geral de Finanças lhes tinha dito para fazer e era o que estava a acontecer. Estavam à espera que acabasse esse processo disciplinar que tinha sido instaurado a esse bombeiro.

Não ia dizer as coisas bárbaras que o homem tinha dito, as coisas que ele tinha mentido, as coisas que ele inventou. Estavam todas descritas no relatório do inquérito e tinham sido confirmadas por terceiros, nas contradições dele próprio, mas isso era a vida. Não valia a pena dizer que “a CITE...” A CITE tinha dito que lhe parecia haver e tinha mandado para quem de direito e, depois, tinha-se verificado que não havia. Essa era uma questão.

Em relação às viaturas, tinham uma ambulância que estava em tratamento, porque o vendedor tinha falido e tinha tido que se passar por outro vendedor, o que tinha atrasado todo o processo. Mas o que é que isso interessava, se as viaturas que lá estavam tinham condições? A viatura que lá estava tinha tantas condições como todos os autocarros que andavam a transportar doentes com COVID pelo país. Tinha melhores condições do que isso e já tinha feito transporte de doente COVID. Portanto, isso era conversa, não valia a pena ir por aí. Mas, como dizia e muito bem, o inquérito iria demonstrar se era possível, ou não.

Tinham uma declaração da Delegada de Saúde a dizer: “OK. Têm ambulância? Não têm? Então, a viatura que dizem é boa para transportar. Façam favor”. Tinha dito a Delegada de Saúde. Portanto, não trabalhavam no ar.

Em relação às questões de desinfeção, tinham uma equipa especializada em combate químico. Se havia bombeiros que sabiam o que era desinfetar eram os nossos bombeiros. Toda a gente que fazia atividades que tinham risco, fosse de que tipo fosse, tinha, depois, o tratamento adequado do ponto de vista da sua proteção. Fosse desinfeção das viaturas, limpeza das viaturas, dos equipamentos, a destruição dos equipamentos, o seu empacotamento, o seu envio para o hospital, para destruição como resíduo hospitalar. Se lhe perguntasse se isso existia...

Não sabia que ideia é que tinha da Companhia de Bombeiros Sapadores e do trabalho da Câmara, porque isso era uma pergunta básica. Uma pergunta básica daquilo que tinha que ser feito normalmente, numa unidade qualquer daquele tipo. Mesmo que não houvesse formação de todos os bombeiros, havia bombeiros que tinham formação e quem tratava das coisas que tinham que ver com potenciais infeções, etc., sabia o que é que estava a fazer e tinha o trabalho devidamente organizado. Mas, como tinha dito e muito bem, o processo disciplinar iria clarificar essas coisas todas.

Não valia a pena vir com questões laterais. Ali, havia uma questão de fundo, uma recusa ostensiva ao exercício da função invocando falta de condições, que eram as condições que existiam no país inteiro e as condições em que a própria companhia já tinha feito transportes. Portanto, era disso que estavam a falar.

Sra. Vereadora Eugénia Silveira – Disse que era só para comunicar ao Sr. Vereador Fernando Paulino que tinha registado a sua preocupação. Como devia imaginar, essa preocupação era geral, era de todos, de todo o executivo.

Desde a primeira hora que tinham implementado as medidas da DGS que tinham essa preocupação, não só com a chuva, mas, também, com o vento e com o sol. Os nossos trabalhadores estavam à porta e estavam a sofrer todos esses fenómenos da natureza. Era vida em que tínhamos todos que ter um pouco de sensibilidade e de bom senso, também, para ir ultrapassando no dia-a-dia.

Também podiam pensar: “Então, e as instituições bancárias?”, como via todos os dias de manhã, logo cedo, porque as pessoas, coitadas, tinham tendência para ir cedo, para se despacharem, mas também tinham filas por ali fora. E as Finanças, que também havia de haver.

Não era só o Mercado do Livramento, mas, também, os outros mercados municipais. Tal como tinham criado condições para resolver a boa convivência entre as esplanadas e a passagem dessa fila que se colocava na lateral da Rua Ocidental do Mercado, também, com



certeza que - se, infelizmente, todo o cenário do COVID se mantivesse - teriam que pensar em equacionar algo. Mas, felizmente, todos tinham bom senso e as pessoas, com os chapéus-de-chuva, muitas vezes, resolviam as coisas.

Tinha razão. Já tinha feito a experiência. Também não tinha estado mais do que 10 ou 15 minutos na fila, para entrar, mas era desagradável. Se estivesse a chover, claro iria ser complicado. Claro que tinham essa sensibilidade e, também, essa consciência. Iriam tentar equacionar uma solução que fosse viável e que resolvesse alguma coisa. Tinha ficado o registo.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que, como tinha dito a senhora vereadora, era uma preocupação de todos, efetivamente, e era uma preocupação maior de quem estava a vender e estava a perder receitas. Isso era uma preocupação e, se consultasse, se falasse com as pessoas, elas tinham essa preocupação, porque continuavam a pagar as suas taxas, como era normal que pagassem, mas as receitas tinham diminuído. Tinham diminuído porque as pessoas tinham saído menos e, também, porque o acesso tinha sido mais limitado. Segundo eles, também tinha diminuído porque as pessoas acabavam por não ir devido à limitação e ao facto de terem que ficar numa fila que não eram 10 minutos ou 15 minutos - ia ao mercado ao fim-de-semana e era mais do que isso – e as pessoas acabavam por desistir, acabavam por ir aos hipermercados. Aquilo que não era uma crítica, era uma constatação.

Se calhar, também era bom, como a senhora vereadora tinha acabado de dizer, pensar numa solução, a bem do mercado, a bem daquilo que era e do significava para Setúbal, que era o ex-libris da cidade. Era um mercado que, a nível nacional, tinha a sua reputação e muito bem, porque era um mercado muito bonito e queriam preservá-lo em todos os seus aspetos, quer na sua beleza – estava bem conservado -, mas, também, naquilo que era o seu fim, que era servir as populações. Portanto, criar condições para as populações era criar condições, também, para quem vendia, era só por isso. Pensava que uma solução poderia e deveria ser encontrada.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que o Sr. Vereador Fernando Paulino estava a colocar a questão invertida, porque deveria estar a considerar a importância das medidas que tinham sido tomadas na entrada do Mercado do Livramento, para garantir que o conjunto dos vendedores pudesse, naquela altura, ter alguma atividade e para que a população de Setúbal pudesse ter acesso ao funcionamento daquele mercado.

O Sr. Vereador sabia que tinha a responsabilidade que tinha na Câmara, nomeadamente sobre as escolas. Se considerassem que era confortável a forma como as escolas, naquela altura, estavam a funcionar, estariam todos iludidos ou estariam a querer iludir alguém.

Naquela conjuntura, até com algum dramatismo, como já tinham sido colocadas algumas questões, estavam todos a encontrar a forma e a Câmara, nas suas diferentes intervenções, estava a intervir de forma cuidada e atenta, para garantir a melhor normalidade.

Tinha estado recentemente em dois concertos no Fórum Luísa Todi. Em situação normal, estariam 600 pessoas, mas não estavam. Estavam ambos com a bilheteira lotada, face ao contexto e às condições em que estávamos. Os artistas que estavam a trabalhar e que viviam, por exemplo, da bilheteira, tinham esse condicionalismo. Portanto, não sabia se o Sr. Vereador estava a propor que a Câmara montasse uma estrutura, que acrescentasse com alvenaria ou com lonas ou coisas do género, na Avenida Luísa Todi, naquela zona nobre da cidade e na Rua Ocidental do Mercado, alguma infraestrutura que, depois, quando aquilo acabasse, se retirasse tudo.

Compreendiam e sabiam que, de facto, o movimento tinha diminuído, mas não sabia se o Sr. Vereador já tinha olhado para os números da economia portuguesa, que tinham caído, e para os números do desemprego, que tinham aumentado. Portanto, achava que era de valorizar e era importante um vereador da oposição estar ali a valorizar as medidas que se tinham tomado, mesmo com desconforto das pessoas, para garantir que o Mercado do Livramento, que era o ex-libris da nossa cidade, que era um ponto fundamental de venda local e da venda

de proximidade da cidade – eram poucas as cidades que se podiam gabar de ter um mercado com o movimento que aquele mercado tinha no dia-a-dia - que estivesse a funcionar. Não tinha conseguido perceber se o Sr. Vereador tinha pretendido satisfazer algum desconforto de alguém que, naturalmente, diminuindo a sua atividade, o sentisse, com toda a legitimidade. Não se conseguia perceber o que é que o Sr. Vereador tinha pretendido com a questão que tinha colocado. Só se fosse para registar que o vereador estava atento. Estavam atentos a que o vereador estava atento. Sabiam que o vereador estava atento e que frequentava a nossa cidade, não precisavam de fazer essa afirmação.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Perguntou à Sra. Presidente se tinha percebido o que tinha querido dizer.

Sra. Presidente – Respondeu que sim.

Sr. Vice-Presidente – Disse que também tinha percebido aquilo que o Sr. Vereador Fernando Paulino tinha dito. Tinha percebido que havia um problema sério no Mercado do Livramento, que estava a perder clientes, que havia um problema de perda na economia do mercado e que Sr. Vereador era cliente. Também tinha sido cliente nos últimos meses. Aos sábados ou aos domingos, ia lá todos os fins-de-semana e nunca tinha visto essa dificuldade no mercado. O Sr. Vereador iria lá mesmo ou iria a outro? É que o mercado estava sempre cheio. Em que mercado é que andaria? Ele ia ao de Setúbal, ao Mercado do Livramento. Tínhamos uma pandemia, uma pandemia no país. Setúbal tinha tido na primeira vaga números, felizmente, dos mais baixos do país, fosse por sorte, fosse por bom trabalho, fosse pelo que fosse. Dentro do perigo que corríamos todos, não havia nenhuma razão nem tinha havido nenhuma razão para algum alarmismo que se tivesse levantado. Felizmente, não tinha havido grande coisa.

Estávamos na segunda vaga e estávamos nas consequências. O Sr. Vereador dizia que podia chover. Pois podia e podia fazer sol. O Sr. Vereador já teria reparado na quantidade de pessoas que, quase todos os dias da semana - sexta, sábado e domingo – estavam na rua, à espera de vez, para entrarem nos restaurantes, aqueles em que diziam que tinham que aliviar todas as taxas e taxinhas? Já teria reparado nisso? Também tinha andado em Setúbal, não era sempre a andar a comer em restaurantes, mas via facilmente isso. Continuava, mesmo na época das restrições, a partir de sexta-feira, a haver uma enchente de viaturas a entrar em Setúbal no fim-de-semana, para virem almoçar e comer. Não tinham reparado nisso? Felizmente que era assim. Porque é que estavam a levantar um problema que ainda não existia, felizmente?

Iam pôr uma cobertura aí? Iam pôr uma cobertura para as pessoas que estavam no Luísa Todi, à espera de entrar num espetáculo? Iam pôr uma cobertura às pessoas que estavam à espera nos restaurantes? Também ia dizer no Estádio do Vitória, para ir aos jogos de futebol, mas, para isso, naquele momento, estava mau.

Seria bom que fossem realistas. Não havia essa crítica, estava a falar porque, com essa conversa, começavam a dar troco a situações de alarme que não eram justificadas com a realidade. O alarme criava-se pelas expectativas que se geravam. Estavam a gerar expectativas de alarme. O Sr. Vereador que o desculpasse, mas naquele caso, não tinha estado bem. Teria alguma preocupação com algum comerciante que estava a vender menos? Era capaz de haver e haveria, de certeza, mas não era essa a situação no mercado, felizmente. Não iam espalhar a ideia de que estava, porque, de facto, não estava. Felizmente, não estava, nem a restauração estava.

Podiam pedir dispensa de IMI, dispensa de pagamento de ocupação de via pública, dispensa de tudo, mas a restauração estava a funcionar, felizmente, bem. Deviam olhar para a realidade. Se houvesse uma semana seguida de chuva, que ainda não tinha havido, duas semanas seguidas de chuva, que ainda não tinha havido - infelizmente, a tendência do tempo era para cada vez chover menos -, se houvesse uma situação em que se começasse a notar uma dificuldade grande de acesso ao mercado, podia ficar descansado que não haveria de



ser pela sua preocupação que não tomavam medidas. Não tivesse dúvidas de que tomariam as medidas antes de qualquer alarme. Agradecia a preocupação, mas que não repetisse isso como se houvesse uma crise que ainda não havia. Felizmente, ainda não havia. Esperavam que as coisas se agentassem assim e não iam dar imagens mais negras do que as chuvas que tinham. Tinham pouca chuva. Não sabia se tinha reparado que tinham tido pouca chuva e todos os anos tinham menos chuva.

Portanto, não havia essa grande preocupação de imediato. Se houvesse uma previsão de mau tempo e, depois, se viesse a verificar que estava uma semana, duas semanas ou três semanas sempre a chover, se isso acontecesse, iriam tomar medidas, com certeza. Alguma solução tinha que haver. Agora, não.

Já tinha falado de mais sobre isso. Não queria estar a estender aquele lençol, mas era para dizer que, se houvesse necessidade, agradeciam as preocupações, mas, de certeza que tomariam medidas para o acesso ao mercado não ser impedido porque estava a chover. Se fizesse muito sol também tomariam medidas. Não havia cena porque estava a chover ou porque fazia sol. O mercado estava a funcionar bem, felizmente.

Sra. Presidente – Disse que, começando pelo Mercado do Livramento, era estranho que a Associação do Mercado do Livramento não lhes tivesse colocado isso, se tinha sido nesse âmbito. Se era uma preocupação individual ou de alguma pessoa que se tivesse dirigido ao vereador achava um bocado extemporâneo, porque havia organização dentro daquele mercado e, sempre que alguma coisa acontecia, falavam com a vereadora que era a vereadora responsável pelos mercados ou falavam com ela.

Também tinha acontecido havia pouco tempo, poucos meses, um problema de acesso relativamente aos bares que estavam fechados para o lado de dentro do mercado, as pessoas tinham ido falar com ela e, no dia a seguir, estava lá, com a vereadora, a resolver o problema. No dia a seguir, estavam lá.

Portanto, achava estranho não terem ido, de forma organizada ou algum dos comerciantes, ter com a vereadora ou com ela, para a resolução de algum problema desse estilo. Se isso acontecesse, podia ter a certeza que arranjariam forma de evitar que essas filas fossem impeditivas das pessoas irem ao mercado. Podia ter a certeza que arranjariam forma.

Ninguém tinha ido ter com eles com essa questão. Se havia uma pessoa ou outra que estava na fila e se queixava, porque estava na fila, também já lá tinha estado, até no dia em que tinha ido ver esses bares e não tinha lá estado mais do que 10 minutos. Também lá tinha estado na fila, no dia em que tinha ido ver os bares. Não tinha estado lá mais do que 10 minutos. Folgava muito em saber, por algumas pessoas que vinham visitar Setúbal, que cada vez iam mais pessoas ao mercado e que, sempre que lá iam, aquilo estava composto. Não era a enchente que tinham antes do COVID, mas o país e o mundo não era o mesmo de antes do COVID. Era outro mundo, era outra cidade, era outro mercado.

Não valia a pena estarem a inventar coisas porque já não tinham nada para dizer ou para embirrar. Portanto, agora *“a Câmara Municipal veja lá, aquilo vai chover e tal e afastam pessoas.”* Não afastava nada. As pessoas que queriam ir ao mercado iam ao mercado. Esperavam um quarto de hora, 20 minutos, o tempo que fosse necessário. Quem queria ir ao mercado ia ao mercado. Quem queria ir ao banco esperava na fila do banco, como ela também esperava na fila do banco. Todos esperavam na fila do banco. Queriam ir a qualquer lado, à Segurança Social, aqui ou ali, toda a gente estava na rua à espera.

O mundo tinha mudado. Esperava que rapidamente voltasse à normalidade, mas era a situação que tinham, era a situação que viviam. Estavam a tentar, por todos os meios e mais alguns, arranjar soluções para que tudo funcionasse, para que tivessem a maior normalidade possível, dentro dos equipamentos desportivos, culturais, municipais, nos mercados, estavam a fazer um esforço imenso para minorar, para que tivessem a maior normalidade possível, só quando o vírus desaparecesse é que seria possível voltar à normalidade, estavam a tentar fazer com que o prejuízo fosse minimizado para todos, salvaguardando sempre a questão da saúde que era extremamente importante, sem isso não havia vida.

Em relação aos Bombeiros Sapadores de Setúbal, existiam movimentações e motivações diversas, políticas, sempre tinha sido assim. No tempo do senhor Presidente Mata Cáceres, tinham existido muitas manifestações, mais do que as que tinham ocorrido no seu tempo, iriam existir sempre motivações, de quem estava do lado contrário - existiam motivações de quem tinha feito um sindicato para poder continuar a justificar as 1036 faltas, ou de atestados que chegavam dos Açores ou da Madeira - eram muitos os motivos, desde que existisse alguém atento iriam existir motivações e movimentações. Aquela tinha sido mais uma, para justificar outras coisas escondidas, e eram quase sempre os mesmos, o Sr. Vereador tinha dito e bem, que haviam ali dois ou três, que tinham ido um pouco “na onda”.

Estava a decorrer um processo disciplinar, se as pessoas não percebiam que aquela era a sua missão, que aquele era o seu trabalho então não podiam ser bombeiros, tinham que encontrar outra profissão, um bombeiro que estava num fogo e que não socorria os colegas não podia ser bombeiro, estava na profissão errada.

Aquelas crianças, não estavam prostradas, pensava que estavam assintomáticas, estavam infetadas, mas estavam bem para irem sentadas numa carrinha daquelas. As ambulâncias levavam uma maca de cada vez, tinham que se deslocar três ambulâncias, portanto iam naquela carrinha onde outras pessoas já tinham sido transportadas. Os bombeiros estavam devidamente equipados e a Direção Geral de Saúde iria ter que atestar isso, nos processos disciplinares, se eles tinham, ou não, condições para levar aquelas crianças ao Alfeite.

Setúbal não era a mesma cidade de há 10 anos atrás, a Companhia de Bombeiros Sapadores não era a mesma, as condições que tinham não eram as mesmas, nem de perto nem de longe, nem mesmo que faltasse a inspeção a uma ou duas carrinhas, tinham centenas de carros naquela casa que estavam sempre a precisar de manutenção, eram carros do lixo, das obras, camiões, etc., que todos os dias precisavam de manutenção. Existia uma regra nas oficinas da câmara, a prioridade ia sempre para os carros dos bombeiros, a seguir para os carros do lixo e depois os outros, eram centenas de carros para dois ou três mecânicos e todos os dias existiam inspeções. Mas aquilo eram problemas laterais, como tinha dito o Sr. Vereador, era para esconder qualquer coisa, para se defenderem atacavam e iam buscar tudo e mais alguma coisa para a sua defesa, as redes sociais, a defesa de outros vereadores, etc. O processo disciplinar é que iria dizer como tinha sido, se não podiam ou não queriam cumprir com a sua profissão, não podiam estar, não havia confiança naquelas pessoas, tinham que sair para ser apurada a verdade, no final do processo logo se via o que iria acontecer, mas aquilo não podia continuar, haviam processos que prescreviam, - sabia-se lá porquê -, aquele processo não iria prescrever, todos os dias iriam querer saber daquele processo, para poderem levantar as suspensões, se fosse caso disso e para se resolver quem devia continuar ou não, ou se todos deveriam continuar ou se deviam sair daquela casa com a qual não se identificavam, cuja profissão não se coadunavam. Aqueles bombeiros tinham feito com que três crianças ficassem naquela casa, com mais irmãos, naquela noite, só tinham conseguido transportar aquelas crianças na manhã seguinte, elas não estavam assim tão mal, mas não podiam ter ficado ali, a avó delas já tinha ido para o Alfeite e depois foram aqueles três dos cinco ou seis netos que viviam com aquela senhora.

Aquilo eram casos demasiado graves e ainda inventavam tudo, quem se tinha recusado a fazer o transporte tinham sido sapadores e o comandante é que era o culpado, o comandante só tinha tido culpa de não os ter suspenso logo, naquela altura.

A Sra. Presidente leu a seguinte declaração sobre o Vitória Futebol Clube, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 11:

“A Câmara Municipal de Setúbal adotou, nos últimos meses, um conjunto de iniciativas com as quais pretendeu defender património associado ao Vitória Futebol Clube e apolar o emblema sadino na resolução dos complexos problemas que enfrenta.

Hoje, o estádio do Bonfim está mais protegido e passou a ser um património de todos os setubalenses graças à intervenção municipal. Apoiámos igualmente o clube com a cedência

4

de terrenos, de forma a que pudesse o Vitória ter as necessárias garantias para se manter no lugar que é seu.

À câmara municipal compete apoiar, mas nunca intervir na vida interna do clube: essa é uma prerrogativa exclusiva dos associados.

Esta é a regra que tem norteado, desde há muito, a postura da autarquia a que presido na relação com o clube e dela não nos desviaremos. Uma regra a que é importante acrescentar outro ponto: a Câmara Municipal relaciona-se, única e exclusivamente, com o clube através da direção eleita pelos sócios e que estiver em funções em cada momento.

Serve esta declaração para reafirmar esta regra e para informar que nem eu, na minha qualidade de presidente da edilidade ou a título pessoal, nem nenhum dos vereadores do executivo municipal com pelouro atribuído, receberam, tiveram contacto ou falaram por interpostas pessoas com supostos investidores brasileiros ou de qualquer outra nacionalidade que poderiam estar interessados no clube.

Não o fizemos nem o faremos.

Não temos por hábito desmentir rumores, contudo, face à dimensão que ganhou na cidade a informação falsa de que a presidente da Câmara Municipal de Setúbal teria recebido gente interessada em investir no clube entendemos que é tempo de desfazer a credibilidade de tais informações.

Manteremos a posição de apenas falar com a direção do clube que estiver em funções, como compete a um órgão autárquico”.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Projeto de Ata da reunião ordinária de câmara de 16 de setembro de 2020

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na referida reunião, não tendo havido discussão sobre o mesmo.

2. Deliberação n.º 312/20 – Proposta n.º 12/2020 – GAP – Proposta de pronúncia da Câmara Municipal de Setúbal, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 56/2020, de 12 de agosto, por alteração dos Decretos-Lei n.º 21/2019 e n.º 23/2019 – Quadro de transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais nos domínios da Educação e da Saúde

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 12.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Questionou qual tinha sido o motivo de terem vindo numa única proposta os domínios da educação e da saúde, qual tinha sido a razão de não terem vindo em propostas separadas. A posição do Partido Socialista era conhecida, remetia para discussões e posições que já tinham tomado sobre aquela matéria, mas de qualquer forma, podiam eventualmente ter uma posição relativamente a um dos domínios, da educação, por exemplo, e outra relativamente à saúde.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que a razão para estarem na mesma proposta era porque aquela deliberação surgia no âmbito do Decreto-Lei n.º 56/2020, que no mesmo Decreto-Lei colocava ambas as competências em alterações que introduziam. O Partido Socialista, votaria conforme acima o ontondocco, ora có o quo faltava cor olo quo disoooo como é que o Partido Socialista deveria proceder ao votar, entenderam que havia uma coerência, nem tinha nada a ver com o facto de ambas as competências, no âmbito da atribuição de pelouros estarem atribuídos ao mesmo vereador, uma coisa não tinha nada a

ver com a outra, tinha a ver com aquela coerência que era a opção do legislador, no caso concreto, tinha sido o governo.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que só tinha colocado a questão, porque habitualmente iam em propostas separadas, a questão da votação obviamente que a fariam sem constrangimento algum.

Haviam reuniões que era fácil intervirem e colocar questões, as respostas vinham de uma forma ou de outra, mas havia outras reuniões que a dificuldade em colocarem questões era evidente, sugestões e intervenções dos partidos da oposição eram sempre complicadas.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que tinha sido o próprio Sr. Vereador que tinha dito que estando na mesma proposta poderiam ter uma opção de votarem de maneira diferente, tinha feito o comentário que tinha entendido fazer e que era legítimo da sua parte.

Sra. Presidente – Disse que desde que se tinha começado a falar da descentralização de competências para as autarquias, nomeadamente em relação à educação e mais tarde em relação à saúde, tinham pedido sucessivas vezes ao governo para lhes fazerem contas, tinham apresentado as suas contas e tinham dito que aquilo não tinha cabimento, não era fazer a descentralização de competências sem os meios necessários para se arranjar, por exemplo, uma escola, não tinha cabimento. Para uma escola, nas contas do governo, vinham vinte mil euros, e eles tinham a responsabilidade do pré-escolar e do 1.º ciclo, as escolas maiores eram as 2/3 e as secundárias, e se nas deles, não gastavam numa sala de aulas, às vezes, vinte mil euros, gastavam mais, como é que numa escola daquela dimensão se gastava vinte mil euros/ano, era um escândalo e até ao presente dia não tinham tido por parte do governo resposta àquela questão. Até à data continuavam sem saber das transferências e das contas. De norte a sul do país, - e muitos municípios do Partido Socialista e do Partido Social Democrata se tinham juntado ou tinham tido a iniciativa de serem eles os primeiros a votar contra -, tinham feito as contas na Área Metropolitana de Lisboa, na Associação Nacional de Municípios, nas Comunidades Intermunicipais e as contas não se aproximavam, e até à presente data não tinha havido resposta do governo, nem à Câmara Municipal de Setúbal nem àquelas entidades, razão pela qual continuavam a dizer que sem isso não havia descentralização de competências, com a qual até concordavam e pensava que os colegas também. Estavam mais próximo, conseguiam resolver mais rápido, tinham servido para ajudar o governo nalgumas obras, na alteração dos amiantos, no Forte de São Filipe, no Convento de Jesus – que tinha passado a ser só deles e deveria ter sido essencialmente do governo –, aquele desrespeito, aquela desconsideração era gritante por aquilo que era o poder local e por aquilo que representava o poder local. Votavam contra e pediam ali o consenso em relação àquela votação.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor da CDU, e 4 abstenções, 3 do PS e 1 do PSD.

3. Deliberação n.º 313/20 – Proposta n.º 13/2020 – GAP – Proposta de pronúncia da Câmara Municipal de Setúbal, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto – Transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais no domínio da ação social

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 13.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que não queria perder muito tempo, o essencial estava expresso na proposta, de todo o modo e como se tratava de uma matéria que ao longo daqueles processos, ainda o contacto era manifestamente insuficiente, não podiam deixar de



manifestar a total incompreensão sobre a forma como na matéria da ação social o governo tinha-se comportado para com as suas autarquias.

Um silêncio total da parte das entidades competentes, era desconhecido absoluto ao longo dos tempos, nomeadamente naquilo que eram as entidades competentes para dialogar com as autarquias, através dos mais diferentes órgãos, era um processo administrativo cego, no que dizia respeito àquela matéria e acima de tudo era um processo que beliscava de uma forma fundamental o princípio da subsidiariedade. Aquele projeto era um projeto, que deveria merecer, porque existiam de facto experiências e outras lógicas no relacionamento entre as autarquias locais e o poder central, que não tinha existido naquela matéria, numa forma como aquela que presentemente era colocada, mas acima de tudo achava que deveria existir seriedade intelectual quando se discutiam aquelas matérias. Com aquela circunstância estavam a colocar em causa a atribuição de papéis, entre o papel político e o técnico, a insuficiência dos instrumentos financeiros, que eram ainda desconhecidos, deveria implicar que, e era apenas uma sugestão, não estavam a falar de uma transferência de competências para as autarquias, estavam a falar da desresponsabilização do governo central para as autarquias, o que se tratava ali não era encontrar mecanismos que melhor respondessem às populações, era o estado querer se desresponsabilizar definitivamente sobre as mais diferentes matérias e, naquela, porque acreditava, que independentemente da divergência de opiniões, que eram compreensíveis no debate político, achava que o que acima de tudo se colocava ali, deveria de exigir uma solidariedade para uma coisa muito simples, e que achava que não podia sobre aquela matéria levantar dúvidas, que era discutirem, conversarem, perguntarem às autarquias o que elas pensavam sobre aquilo, terem tempo para discutir aquela matéria entre eles, não estavam a falar de uma matéria cuja experiência da ação social direta fosse conhecida, não era disso que estavam a falar, o fazer um debate independentemente da decisão política que o governo viesse a decidir, haver a capacidade de discutir com as autarquias locais aquelas matérias. Com aquela decisão estavam a alterar o paradigma da relação dos municípios com os municípios. Fosse qual fosse a governação que estivesse em qualquer município, acreditava que o sentido de responsabilidade que o estado central devia manter, com as autarquias locais, não podia em momento algum beliscar essa condição do princípio subsidiariedade da autonomia do poder local, e acima de tudo, considerar que independentemente de quem governasse no poder local não devesse ser respeitado na relação que estabelecia com os seus municípios.

Não sabiam o que é que o futuro lhes reservava, falava-se de quadros preocupantes do ponto de vista da economia, e essa era uma matéria muito sensível, mesmo muito sensível e, portanto, entre muitas outras coisas que poderiam ali discutir e esgrimir argumentos, havia uma que era de todo irrefutável, não tinha havido discussão sobre aquela matéria com as autarquias locais e eram muitos os parceiros que eram envolvidos nessa decisão, para responder àquilo que era agora solicitado.

O que se tratava ali não era uma questão de transferência de competências era uma desresponsabilização da administração central para com o seu poder local.

Sra. Presidente – Disse que não era só isso, havia mais, havia uma coisa perigosíssima e gravíssima, além dessa. O que o estado pretendia ali, era que as autarquias fizessem “de moços de recados”, que fossem “empregados do estado”, porque depois o estado ia avaliar se a Câmara tinha desempenhado bem ou não aquela tarefa. Os institutos públicos e os serviços centrais do estado, iam inspecionar, iam avaliar se os “moços de recados” tinham trabalhado bem. Ao contrário da área da saúde e da educação – estava ali o dinheiro, tratassem das escolas, tratassem de contratar pessoal, vinham seiscentas e tal pessoas para os quadros da câmara, tratassem de fazer isso tudo e acabava – ali não, ali tinham que fazer algumas ações, executar algumas tarefas e depois os institutos públicos iam ser os avaliadores.

Aquilo era antidemocrático, era inconstitucional, porque a Constituição da República dizia que o poder local era uma entidade autónoma, tinha escrutínio próprio, ia a eleições, não era admissível que uma coisa daquelas acontecesse.



A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor da CDU, 3 votos contra do PS e 1 abstenções do PSD.

4. Deliberação n.º 314/20 – Proposta n.º 70/2020 – DAF/DICONT – 12.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 11.ª ao Plano de Atividades e 10.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 14 e 15, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, da CDU, e 4 abstenções, 3 do PS e 1 do PSD.

5. Deliberação n.º 315/20 – Proposta n.º 16/2020 – DRH/DIDEC – SIADAP 1 – Ratificação da Avaliação das Unidades Orgânicas referentes ao Ano de 2019

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 16, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 10 votos a favor, 7 da CDU e 3 do PS, e uma abstenção do PSD.

6. Deliberação n.º 316/20 – Proposta n.º 3/2020 – CBSS – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “Transportes Bizarro Duarte Lda.”

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 17, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 317/20 – Proposta n.º 31/2020 – DOM/DIHAB – Proposta de celebração de protocolo para a implementação do estúdio de som e vídeo “Espaço Nosso Bairro, Nossa Cidade” Bela Vista

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 18 e 19, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que, naquele momento, o estúdio estava concluído, tratava-se de prosseguir com um trabalho de dinamização e capacitação de pessoas para intervir e gerir o estúdio.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que tinha algumas dúvidas, não tinha tido oportunidade de fazer uma comparação com a proposta que tinham aprovado no ano de 2018 ou 2019. Naquela altura, o protocolo que tinha sido estabelecido tinha sido o de criar aquele estúdio, aquele estúdio estava criado. Recordava-se que na proposta que o Sr. Vereador tinha levado ali à Câmara, estava também previsto algumas ações de formação com a população e agora tinha sido levada ali uma nova proposta. Questionou se não lhes devia ter sido entregue um



balanço do trabalho que tinha sido feito, um balanço desse protocolo que tinha sido estabelecido.

Portanto, se tinha havido ali um protocolo que tinha sido estabelecido e estavam naquele momento a renovar, ou a fazer um protocolo com outra associação, deveria haver ali uma avaliação do trabalho que tinha sido feito até ali, e isso não estava na proposta que lhes tinha sido entregue.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que esse relatório estava feito e podia disponibilizá-lo. Tinha havido um momento de implementação do estúdio, de acompanhamento da obra, até da sua conceção inicial, e em simultâneo tinham-se formado alguns técnicos, alguns jovens naquela área, mas como era fácil de perceber, uma coisa era terem um espaço, que ia ser um estúdio e trabalhar com pessoas à volta disso, com algum material, outra coisa era ter um estúdio pronto, montado. O estúdio estava pronto, estava montado, tratava-se de continuar esse trabalho de implementação e de consolidação do estúdio. Iria haver parcerias com o Instituto Politécnico e com outras entidades, iriam ter uma série de outros parceiros que iriam participar com eles nas mais diversas atividades e pretendia ser um estúdio que era do bairro, mas era também da cidade e que estava vocacionado sobretudo para a dinamização cultural e criação de oficinas culturais, associadas aos moradores do bairro, mas também a toda a cidade e até fora da cidade. Ia ter um regulamento próprio, que ainda não estava feito, ainda o iam aprovar, ia ter normas de funcionamento, um preçário para algumas atividades, era um processo que ainda estava em desenvolvimento, mas já tinha produzido material antes de estar concluído, tinha produzido uma série de vídeos que tinham sido transmitidos no *Facebook*, no *Instagram* e no site da Câmara a propósito do Covid, pela palavra dos moradores, fazendo um apelo à proteção das pessoas. Já tinha havido um trabalho muito interessante, desenvolvido com uma série de moradores, mas era evidente que o essencial do trabalho, naquele momento, tinha sido a criação de condições para que o estúdio estivesse fisicamente concluído. Estava fisicamente concluído, estavam criadas as condições técnicas para trabalhar, algumas das pessoas que já tinham tido formação já estavam em condições para trabalhar, outros viriam.

Sábado passado tinham ido dez jovens, que produziam música em casa, nos seus estúdios improvisados, ter contacto com o estúdio e já estavam agregados ao trabalho do estúdio.

Portanto, o processo estava a crescer, aquele protocolo, tinha que ver com uma pessoa concreta, que estava a trabalhar com eles, que se ia manter a trabalhar com eles e que envolvia moradores de todas as idades.

Iria chegar o momento que o estúdio seria formalmente inaugurado, publicitado o seu funcionamento e a sua acessibilidade e ficaria em pleno funcionamento. Estaria concluído fisicamente a pouco mais de uma semana.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 318/20 – Proposta n.º 32/2020 – DOM/DIHAB/SEGAH – Venda de habitação pública municipal Bairro da Bela Vista – Rua do Antigo Olival, 8 – A41

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 20 e 21, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 319/20 – Proposta n.º 33/2020 – DOM/DIHAB/SEGAH – Venda de habitação pública municipal – Bairro Pote D'Água – Rua José Luciano de Carvalho, 2 – 6.º B

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 22 e 23, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 320/20 – Proposta n.º 34/2020 – DOM – Concurso Limitado por Prévia Qualificação 04/2020/DOM – “Museu de Setúbal – Recuperação do Convento de Jesus – Alas Norte e Nascente” – Aprovação dos Relatórios Preliminar e Final da fase de análise das propostas – Adjudicação

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexo à presente ata sob os registos n.ºs 24 a 27, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que gostaria de juntar mais alguns elementos, que não estavam naquela proposta.

O Convento de Jesus, tinha sido considerado pela Europa Nostra, no final de 2012/2013, como o mais relevante monumento europeu no qual era necessário investir na recuperação. Desde esse momento, somando os valores que tinham em presença essa reabilitação iria custar cerca de doze milhões de euros. A situação presente era que na primeira intervenção, na primeira fase de recuperação e valorização do Convento de Jesus, tinham sido utilizados três milhões, quatrocentos e cinco mil euros. Na obra de reabilitação do Convento de Jesus Ala Este e Ala Norte, Claustro, Igreja e Coro Alto, que estava em curso, estava a ser concluída e ia ser inaugurada, um milhão, quatrocentos e dezanove mil, setecentos e quatro euros e sessenta e quatro cêntimos. Na requalificação da zona envolvente do Convento de Jesus, que estava em curso, mas já estava em conclusão, um milhão, quatrocentos e setenta e três mil, trezentos e trinta e dois euros e oitenta cêntimos. Aquela proposta que tinha ido ali naquele dia, no valor de dois milhões, duzentos e noventa e nove mil euros ia resolver o problema definitivo de todo o edifício do Convento de Jesus, de todas as salas, iam ficar com o edifício completamente recuperado a somar à reabilitação daquela fase que estava a ser concluída, quer do Largo de Jesus, quer da traseira do Convento.

la ficar por resolver, após aquela deliberação, que estavam ali a fazer, um edifício de apoio do Convento, que resultava da reabilitação do antigo balneário Paula Borba e respetivo alargamento com um novo edifício acoplado àquele balneário, para depósito do acervo do Museu, oficinas de restauro, serviços administrativos e área pedagógica, que estimavam no valor de um milhão e oitocentos mil euros. la ficar também por resolver a requalificação da Cerca Pequena do Convento de Jesus, que estimavam no valor de seiscentos e cinquenta mil euros. E, ainda, a conservação e restauro do interior da Igreja e Cantarias exteriores, que estimavam em quinhentos e noventa mil euros. Somando todos aqueles valores tinham cerca de doze milhões de euros, de que o Município de Setúbal iria pagar mais de 50%.

Ainda havia um caminho a fazer para concluir aquela obra, achava que era bom lembrar, como há pouco o Sr. Vereador Pedro Pina, tinha começado a desenvolver, que no primeiro momento, na obra de 2012, o Partido Socialista tinha votado contra e que o Partido Socialista tinha votado contra os empréstimos que eram essenciais para que a Câmara pagasse mais de metade da obra que estava a pagar. Tinham tido de uma forma sistemática, obstaculização do Partido Socialista na reabilitação daquele edificado. Agora era fácil dizer que a obra estava bonita, que era um exemplo, que era fantástica aquela reabilitação, com a devolução à cidade daquele património, mas no momento em que tinham iniciado aquela

reabilitação, em que o Convento era parcialmente uma ruína e arriscava a ser totalmente uma ruína, o Partido Socialista tinha votado contra, tinha feito uma queixa crime contra a Câmara por considerar ilegal o concurso público urgente que eles tinham desenvolvido. E fê-lo, apesar do tribunal de contas ter avalizado o concurso e considerando que ele tinha todas as condições para evoluir, era preciso que aquilo ficasse claro, porque tinha sido em 2012, havia oito anos, tinha sido um percurso longo, era fácil esquecer, mas era bom que se lembrasse, todos os dias, que se não houvesse maioria absoluta da CDU naquela câmara o Convento de Jesus, presentemente seria uma ruína e seria uma ruína da responsabilidade do Partido Socialista. Felizmente, os cidadãos de Setúbal tinham-lhes dado a maioria absoluta, que tinha permitido que apesar daquela tentativa de boicote daquela reabilitação se pudesse desenvolver aquele trabalho ao ponto a que estava e que estivesse já, dentro de um mês e meio aproximadamente, a prosseguir com a obra seguinte, para concluir completamente todo o edifício do Convento de Jesus. Como tinha dito ficava-lhes a faltar a Cerca Pequena, o edifício complementar e depois uma intervenção mais cuidada na Igreja de Jesus.

O que tinham trazido naquela proposta era um momento histórico, era a obra que ia reabilitar integralmente aquele património, que não era de Setúbal, não era do País, não era da Europa, era do mundo, um património absolutamente sem preço. Era com grande satisfação que levavam ali aquela proposta de continuação daquele trabalho.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que a bancada do Partido Socialista, os vereadores do Partido Socialista, não tinham qualquer tipo de problema em subscrever aquela última parte da intervenção do Sr. Vereador Carlos Rabaçal. No entanto, não era por repetir muitas vezes aquelas afirmações em reunião de Câmara, na Assembleia Municipal e depois tentar reproduzir através dos tentáculos nas assembleias de freguesia, na comunicação social, através de ex-avençados e atualmente funcionários da Câmara Municipal de Setúbal, que se escondiam atrás de perfis falsos para nas redes sociais dizerem algumas inverdades, que aquilo que ali tinha dito passaria a ser verdade. Iam à verdade dos factos, e a verdade dos factos estavam em ata. Desafiava o Sr. Vereador Carlos Rabaçal, a apresentar a ata onde os vereadores do Partido Socialista, tinham votado contra a vinda de fundos comunitários, para a realização das obras de recuperação do Convento de Jesus, ou que os vereadores do Partido Socialista tenham votado contra a obra em si, de recuperação do Convento de Jesus. O Sr. Vereador Carlos Rabaçal era bom naquela troca de factos e baralhava para depois dar a sua verdade. A câmara, através da Senhora Presidente e do Sr. Vereador Carlos Rabaçal tinham levado àquela Câmara Municipal a aprovação de um ato, que os vereadores, na altura, tinham considerado não estar suficientemente esclarecido para aplicação, tinham considerado que não reunia os requisitos para que se aplicasse a figura de concurso público urgente à empreitada que ali lhes tinham apresentado. E tinha sido contra essa proposta que os vereadores tinham votado contra, tinha sido contra o procedimento urgente, não tinha sido contra as obras do Convento. A todas as dúvidas que tinham sido levantadas pelo Partido Socialista, naquela reunião de câmara, a todas as dúvidas levantadas pelos vereadores, o Sr. Vereador Carlos Rabaçal não tinha respondido a nenhuma. As mesmas dúvidas que os senhores vereadores tinham apresentado ali, em reunião de câmara, tinham vindo depois a serem levantadas pelo Tribunal de Contas.

Os vereadores tinham votado, nessa reunião, contra o procedimento urgente, porque tinham considerado que não estavam reunidos os requisitos para a aplicação dessa figura. Às dúvidas levantadas, às questões levantadas pelos vereadores, nessa reunião de câmara, o Sr. Vereador Carlos Rabaçal não tinha respondido a uma única pergunta. Não tinha esclarecido.

Mais tarde, o Tribunal de Contas tinha vindo a levantar as mesmas questões que os vereadores tinham levantado. Com mais frase, menos frase, mais palavra, menos palavra, as dúvidas tinham sido as mesmas. Ao Tribunal de Contas, o Sr. Vereador Carlos Rabaçal e a Sra. Presidente da Câmara tinham respondido, mas não tinham respondido, na altura, aos vereadores. Portanto, aquilo que os vereadores tinham feito tinha sido votar contra o procedimento.

Se o Sr. Vereador Carlos Rabaçal queria saber, tinham votado contra, porque sobre obras municipais, os vereadores, na altura, estavam, como se costumava dizer, escaldados. Já tinham passado pelas obras do Fórum Municipal Luísa Todi, e, se não tivesse sido a intervenção do Partido Socialista, teriam ali ruínas na Avenida Luísa Todi. Se não tivesse havido uma intervenção do Partido Socialista aquilo que teríamos na Avenida Luísa Todi seriam ruínas. Por isso, por estarem escaldados de tudo aquilo que tinha acontecido no passado, os vereadores tinham votado contra o procedimento. Tinha sido só isso.

Podiam continuar a usar a retórica de que os vereadores tinham estado contra o postal da cidade, que os vereadores tinham votado contra as obras, que os vereadores não tinham querido que a Câmara tivesse avançado com aquela obra emblemática, mas não tinha sido isso que tinha acontecido. A ata retratava aquilo que tinha acontecido.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que tentar justificar o que era completamente injustificável, com uma conversa que ninguém percebia. Ia explicar direitinho quais eram os requisitos para o concurso público internacional. Era simples de perceber o que é que se tinha passado com essa obra. O Estado tinha decidido fazer essa obra com fundos comunitários, o Estado - a Direção-Geral de Cultura - punha a parte nacional e a Câmara promovia a obra, fazia o concurso e fazia a obra, era a dona da obra.

Num dado momento, a Direção-Geral de Cultura tinha dito que, afinal, não havia um milhão de euros que eles deviam pôr, só punham 500 mil, se a Câmara punha 500 mil, ou não. A Sra. Presidente tinha logo dito que punham os 500 mil euros, porque aquilo tinha que ser reabilitado. Passado algum tempo, tinha vindo a Direção-Geral de Cultura dizer que, afinal, não tinham, sequer, os outros 500 mil, ou a Câmara punha um milhão ou não havia obra. Tinha havido uma reflexão e tinham dito que punham um milhão.

Depois, tinham ido discutir o andamento da obra e tinha sido dito assim: *“Bom, o quadro comunitário está a fechar. Os senhores têm um prazo muito curto para fazer a obra, ou fazem num prazo muito curto ou não há obra.”* Isso tinha sido ali explicado e tinha sido dito que o requisito para o concurso internacional urgente era o prazo que lhes tinha sido dado para concluir a obra, senão não havia dinheiro para fazer a obra.

Então, tinham trazido o concurso urgente, com as complicações que tinham sempre os concursos urgentes. O que é que tinha feito o PS? Aquilo tinha que ir para o Tribunal de Contas, que tinha que se pronunciar. O que é que tinha feito o PS? Tinha-se antecipado ao Tribunal de Contas, disse que aquilo era ilegal. Não tinha esperado pelo parecer do Tribunal de Contas, tinha dito que era ilegal e tinha feito uma queixa ao Ministério Público, que tinha sido arquivada. O Tribunal de Contas tinha avaliado, como sempre, tinha feito perguntas e tinha dito: *“OK, o interesse público sobrepõe-se às questões que colocámos”* - e a obra tinha avançado.

Queria que se percebesse que sem o procedimento não havia obra. Logo, tinham votado contra o procedimento que levava à obra, tinham votado contra a obra. Disso não havia forma de fugir. Mais, tinham votado contra, não aos fundos comunitários, tinham votado contra, os empréstimos que a Câmara tinha precisado de fazer para pagar a sua parte da obra, para somar aos fundos comunitários. Portanto, até àquele momento tudo tinham feito para parar a obra do Convento. Assumissem isso, pelo menos uma vez na vida.

Sr. Vice-Presidente – Disse que, de facto, não sabia o que é que o Sr. Vereador Fernando José andava a tomar, mas devia ser um tónico que lhe excitava muito a imaginação e o desvio da realidade. Tinha vindo dizer que não tinha votado contra a obra, mas tinha votado contra o procedimento da obra e isso era diferente. E ainda não tinha percebido, depois da explicação que o Sr. Vereador Rabaçal tinha acabado de dar.

O Sr. Vereador tinha invocado dúvidas que, curiosamente, tinham sido as mesmas que o Tribunal de Contas tinha colocado. A bancada do Partido Socialista, com essas dúvidas, tinha votado contra e o Tribunal de Contas, com essas dúvidas, tinha aprovado. A resposta era a mesma. A fundamentação de um procedimento por urgência estava no Código dos Contratos



Públicos e, se não fosse fundamentado com aqueles requisitos que estavam descritos no Código dos Contratos Públicos, não podia seguir o procedimento urgente.

Os senhores vereadores não tinham compreendido porque não tinham lido o código ou porque não tinham ouvido a explicação que estava na proposta? Não dizia que o Sr. Vereador fosse capaz de ouvir aquilo que dizia o Vereador Rabaçal. Já tinha percebido que havia algum entrave auditivo, mas, ao menos, devia ler as propostas, que também lá estava fundamentado.

Portanto, não podiam dissociar o ato administrativo de aprovação da construção do ato da construção, que esse, com certeza que não seria feito pelo executivo municipal, teriam que ser os empreiteiros. Ali, decidiam, deliberavam, aprovavam o procedimento, depois teriam, como tinha acontecido, de entregar a um empreiteiro que a executava. Como é que conseguia distinguir a deliberação da Câmara do estar contra a obra? O facto era esse.

Depois daquele tempo todo e da obra feita, ainda continuavam a querer dizer que tinham razão em estar contra a obra, mas a obra já era boa. Não se apropriassem da obra, por favor. Não tinham querido, assumissem as consequências da posição política que tinham tido.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que era só uma questão. Não tinha percebido nada daquela questão do Fórum, ultrapassava o ridículo o Partido Socialista invocar fosse o que fosse em relação ao Fórum, que era uma obra fantástica do mandato da CDU, que estava ali para lavar e durar. Portanto, achava que isso ultrapassava mesmo todos os limites que se pudessem imaginar.

Sra. Presidente – Disse que, relativamente a essa questão, era inacreditável aquilo a se tinha assistido ali, mas isso também era o reflexo do que tinham ouvido por parte do Partido Socialista, não importava como. (Às vezes nas sessões da Assembleia Municipal, muitas vezes nas reuniões da Câmara, outras vezes nas redes sociais). Não importava o quê nem como; diziam, estava dito. Tinham votado sim - para que as nossas gerações vindouras soubessem - contra o Convento de Jesus e outras coisas altamente importantes, nomeadamente aquela da Ação Social, de o Estado fazer inspeção. A Constituição da República dizia que as câmaras tinham autonomia, eram órgãos próprios, e o Estado dizia: *“Vocês façam lá umas coisas que a gente vai lá inspeccionar.”* Votarem contra isso era inacreditável.

Dizerem que tinham sido os autores do Fórum Municipal Luísa Todi era inacreditável. Mas devia haver mais, porque dentro de dias, com o andamento para as eleições, começariam a dizer outras obras. O que valia era que o povo sabia a verdade. O que valia era que as pessoas sabiam a verdade e sabiam quem é que tinha parado a cidade, quem tinha destruído a cidade, quem é que tinha mandado a cidade para o marasmo e sabiam quem é que tinha posto a cidade outra vez a ter brilho, a ter luz, a ter protagonismo, a ser atrativa para as pessoas cá virem. Não estava tudo bem feito, não estava não. Também cometiam erros. Ainda faltava fazer muita coisa.

Tinham sido os responsáveis por porem a cidade cinzenta, com uma vergonha em cima dela que não havia tamanho, tinham sido os responsáveis, sim senhora. Tinham sido responsáveis e tinham continuado com a esperança de que *“é pá, se a gente votar contra pode ser que esta coisa não aconteça”* ou *“nós estamos a marcar a posição, pode ser que isto não aconteça ou que isto seja tão mal feito que, depois, tenha problemas e, depois, nós podemos dizer às pessoas que votámos contra, não votámos? Então, olhem, amanhem-se com eles.”* Tinham-se amanhado e bem. A esperança tinha sido essa.

As pessoas tinham ali a resposta dos impostos que pagavam. Estavam ali e em muitas outras obras. Impostos que promoviam emprego, estabilidade, confiança, qualidade de vida, que era isso que as pessoas queriam, qualidade de vida. Quando aquilo se abria, havia pessoas que vinham visitar. Havia os nossos que gostavam de ver, havia os outros que vinham visitar, que vinham conhecer as memórias, a história, etc. Abriam-se mais restaurantes, vendiam-se casas e abriam-se hotéis.

Era isso que queriam fazer. Tinha sido com os impostos dos setubalenses, porque o Estado, fosse ele qual fosse, tinha-se estado nas tintas para um edifício nacional, o edifício onde tinha sido ratificado o Tratado de Tordesilhas, onde tinham sido comemorados os 500 anos do Tratado de Tordesilhas, com o Rei de Espanha e o Presidente Mário Soares. Tinha sido ali e tinham-se estado nas tintas. Tinha-se estado nas tintas para o Forte de São Filipe, para tudo e mais alguma coisa. Para o Quartel do 11, sim. O Quartel do 11 também era do Estado e tinham sido eles que o tinham reabilitado. Tinha sido eles que o tinham comprado, para fazer uma parceria com o Turismo de Portugal, para o reabilitar. Tinha sido eles, tinham sido os impostos dos setubalenses que tinham pago aquele edifício, o Banco de Portugal, o Clube dos Oficiais, os setubalenses e os azeitonenses.

Portanto, tinham que dizer que tinha havido forças políticas que não tinham querido o desenvolvimento. Era verdade. Não tinham querido, tinham travado o desenvolvimento, tinham posto a cidade para o canto, bem suja, bem porca, com vergonha de virem àquela cidade.

Naquele momento, quando havia hipótese de todos juntos, fazerem a recuperação da cidade - estavam a falar da recuperação da cidade, porque os edifícios faziam parte da cidade -, mesmo assim, insistiam em não votarem favoravelmente a recuperação da cidade, porque não eram eles que estavam à frente do executivo municipal. Ainda bem que não estavam, porque quando tinham estado tinham destruído a cidade. Era preciso que houvesse memória. Tinha destruído a cidade. Quando tinham estado, tinham destruído a cidade. Tinha sido o que tinha acontecido. Era preciso ter memória, tinham destruído a cidade. O rio estava tapado ou ninguém se lembrava como é que tinha sido a zona ribeirinha? Tinha sido aquela "maravilha" que ali tinha estado. Ninguém se lembrava do que tinha sido a Toca do Pai Lopes? Ninguém se lembrava de nada disso, do que tinha sido a Bela Vista, etc.

Era verdade, tinham destruído a cidade. Tinha votado e continuavam a votar contra a qualidade de vida das populações.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 321/20 – Proposta n.º 73/2020 – DCDJ/DICUL – Apoio à Associação Setúbal Voz – Temporada de Recitais do Ateliê de Ópera de Setúbal

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 28, não tendo havido discussão sobre a mesma

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 322/20 – Proposta n.º 74/2020 – DCDJ – Protocolo Supera Setúbal – Melhoramento de fachadas de prédios de habitação de zona envolvente

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 29 e 30.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que registavam com agrado a disponibilidade da Supera para disponibilizar esses 250 mil euros. Sabiam que a imagem era importante e que aquela cooperativa estava localizada numa entrada da cidade. Isso era importante, mas já que havia essa disponibilidade, questionou se tinha sido ponderado, por exemplo, um

investimento em algum meio estrutural com esse dinheiro, naquela cooperativa, por exemplo, ao nível do isolamento térmico ou outra coisa.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que, em primeiro lugar, tinha-se chegado a esse valor depois de decidir qual era a intencionalidade da decisão. Não se sabia, à partida, que seria esse o valor. Como o Sr. Vereador sabia, havia contrapartidas que estavam estabelecidas no protocolo e essas, única e exclusivamente, estavam determinadas para apoios a equipamentos desportivos.

Aquilo era uma coisa que entrava completamente à parte. Tinha sido numa visita realizada com um administrador da Supera que eles tinham mostrado essa preocupação da zona envolvente, uma vez que estavam a falar de uma zona com determinadas características e de prédios que estavam necessitados de requalificação. O valor era um valor que se tinha vindo a desencadear “*a posteriori*”, quando se tinha chegado à conclusão da avaliação do valor da intervenção.

Inicialmente, quando a disponibilidade da Supera foi demonstrada, não sabiam exatamente que valor estariam a equacionar, se seriam 50, 100 ou 120. Esse tinha sido um valor que tinha sido calculado “*a posteriori*”. Achavam que era muito importante, face à requalificação que a praça ia ter, a disponibilidade da empresa para poder requalificar a zona envolvente.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que não sabia se tinha havido outra questão levantada que não fosse só a da imagem, mas ao nível de recuperação dos próprios edifícios. Era só por isso. O investimento podia ser daquele valor ou outro, superior ou inferior, mas queria saber se tinha sido pensado. Na questão térmica, por exemplo, a substituição de janelas, já que aquilo era uma cooperativa.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que a Sra. Presidente ia explicar, porque tinha acompanhado isso ao pormenor, mas havia um problema com o embelezamento. O Sr. Vereador estava preocupado com o embelezamento, mas ia explicar-lhe o que era embelezamento. A questão era que não havia embelezamento sem outras coisas, ou seja, não se podia chegar lá e mandar tinta para as paredes. As paredes tinham que ter revitadas nas fissuras, tinham que ser retiradas as humidades, a impermeabilização, tudo isso. Era uma intervenção de qualificação que era obrigatória e prévia à pintura. Portanto, isso estava tudo considerado, o que queria dizer que aquilo iria ficar muito mais bonito. Era uma entrada linda que ia ficar ali, com a Supera e com aqueles prédios bonitos, de acordo com a vontade das pessoas. Achava que estava a falar com pessoas que sabiam o que era pintar. Eram prédios que não levavam tinta havia décadas, precisam de ser reabilitadas as paredes, as fissuras impermeabilizadas, etc, depois era a pintura. Seria preciso explicar isso para que se percebesse o que era pintar? Tinha sido o termo “*embelezamento*” que tinha incomodado?

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que não era preciso. Tinha falado em isolamento térmico, numa intervenção mais estrutural nos edifícios. Tinha sido isso que tinha dito.

Sra. Presidente – Disse que o Sr. Vereador estava sempre com insinuações, já o conheciam muito bem. Aqueles prédios tinham dono, eram das pessoas. Aquilo tinha sido construído por uma cooperativa e as pessoas, cada uma à medida das suas possibilidades, tinham comprado as suas casas.

No âmbito da reabilitação e requalificação de todo o município, de todo o concelho, tinham andado a fazer notificações a todos os prédios que estivessem com alguma degradação, uns mais, outros menos. Não sabia se o Sr. Vereador sabia que, de acordo com a lei, todas as pessoas deviam pintar os seus prédios de 8 em 8 anos. Era claro que nenhum município se punha a pregar multas ou a fazer fosse o que fosse às pessoas (“*de 8 em 8 anos tens de pintar o prédio*”), até porque havia prédios que, às vezes, aguentavam 10, 15 ou 20 anos impecáveis. Tudo dependia de como eram pintados ou de como não eram pintados, da exposição, junto ao rio ou junto ao mar.



Dependia de uma série de condições, mas havia muitos prédios que havia muitos anos não viam uma pinga de tinta, como era o caso daqueles. Tal como se tinha feito a outros prédios do município, também tinham feito àqueles uma cartinha, a dizer que, de acordo com a lei, os prédios precisavam de ser pintados. Tudo aquilo era propriedade privada. Os prédios precisavam de ser privados. Algumas pessoas tinham dito que podiam pintar, outras tinham dito que não podiam, porque eram pessoas com muitas dificuldades financeiras, outras tinham dito que podiam pagar um bocadinho, se a Câmara ajudasse.

Tinham feito reuniões com os moradores. Tinha reunido com os moradores e tinha ido lá com a Vereadora Eugénia, que tinha a fiscalização, e tinha perguntado como é que era, se podiam pintar ou se não podiam pintar e tinha-lhes dito que, se não pudessem, a Câmara ajudava. Colocava lá pessoas a pintar, colocava lá as tintas ou dava as tintas, porque as pessoas, por serem proprietárias, às vezes (muitas vezes), não eram ricas. Às vezes, não tinham sequer dinheiro para pagar o IMI. Precisavam era de dialogar com as pessoas. Precisavam que as pessoas dissessem que não podiam fazer isso e, então, havia a conversa. Se não podia porque não queria era uma coisa, se não podia porque não podia era outra. Tinha feito a reunião com as pessoas e as pessoas tinham dito que não podiam e havia muita gente a não poder, a ter dificuldades financeiras.

Perante essa situação, tinha pedido à Supera para ajudar aquelas pessoas, tendo em linha de conta que a Supera estava em frente e que podia ajudar as pessoas a pagar a pintura. A Supera, de imediato, tinha dito que *“sim, senhora”* e tinha estabelecido – ela, Supera – um valor. Depois de vários meses, de se ter metido o COVID pelo meio e de vários orçamentos, que tinham pedido a vários empreiteiros, o dinheiro não chegava, aquilo que a Supera tinha dado inicialmente, que tinha sido 170 mil. Tinha pedido à Supera o resto do dinheiro, para que as pessoas não tivessem que pagar do seu bolso o resto da pintura e a Supera tinha pago ou ia pagar o resto, porque o contrato já era com a Supera e com esse empreiteiro.

Era evidente que, se estavam a pintar aquilo, se tinha rachas, se tinha coisas para arranjar nas escadas, nos vãos das escadas, era claro que estava a ser arranjado pela empresa que estava a pintar. Os moradores tinham-lhes pedido para reparar outras coisas, nomeadamente para fechar os vãos, e tinha autorizado que a Câmara fosse lá pôr os materiais, porque eles iriam fazer as obras. Tinha sido isso que se tinha passado, mas o Sr. Vereador já estava no picanço (*“Estão só a embelezar? Tiveram preocupações estruturais?”*). Os moradores do lado também tinham, porque as casas eram deles, e, se tivessem que ter essa preocupação com o município inteiro, tinham que fechar as portas. Tinha que ter essa preocupação com os outros, mas, essencialmente, para pagar, tinham que ter com os nossos inquilinos, que moravam nos bairros sociais, que era coisa que o Estado não tinha. O Bairro dos Pescadores, que era da Segurança Social, estava a cair, estava velho e degradado, não tinha uma pinga de intervenção.

O Sr. Vereador tinha dito que estava preocupado com a estrutura, o embelezamento, a qualidade que as pessoas precisavam de ter para viverem bem. Toda a gente gostava de viver em sítios arrumados, limpos, com algum conforto, etc. A Segurança Social, zero: Bairro dos Pescadores, denúncia: Segurança Social? Zero, IHRU? Zero. (Era o outro instituto, que, indiretamente, dependia do Estado). Denunciavam, faziam não-sei-quantas reuniões, iam lá fazer canhões, faziam e-mails e faziam barulho. Os nossos bairros sociais, da nossa responsabilidade, estavam a ser tratados, como nos competia tratar.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

4

13. Deliberação n.º 323/20 – Proposta n.º 23/2020 – DES/SEMAPE – Acordo de Colaboração para remoção de materiais de construção com amianto na sua composição da Escola Básica de Aranguez, Escola Básica de Azeitão, Vila Nogueira de Azeitão e Escola Secundária Dom Manuel Martins, ao abrigo do Despacho n.º 6573-A/2020, de 23 de junho

O Sr. Vereador Ricardo Oliveira leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 31 e 32.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que aquela era a reapresentação de uma proposta que tinham retirado na última reunião de agosto, pelas dúvidas que lhes tinham suscitado os termos do acordo de colaboração que tinham enviado em proposta em carta assinada pela Sra. Presidente, no dia 14 de agosto, no dia seguinte à realização dessa reunião, para a Sra. Secretária de Estado da Educação de então, a Dra. Susana Amador, em que tinham proposto uma alteração do acordo de colaboração, na alínea d) da cláusula 3.ª, que tinham proposto que se passasse a ler, como competência do Município: *“Garantir a candidatura ao financiamento previsto no Aviso n.º Lisboa 73/2020-26 para o financiamento integral da empreitada e o pagamento ao adjudicatário.”*

Tinham feito uma proposta simples, nada de extraordinário, não tinham imputado nada de especial. Após muitas dificuldades, tinham conseguido uma reunião com o chefe de gabinete da Sra. Secretária de Estado, e, numa reunião, tinham acordado que iria ser enviada uma carta assinada pela Sra. Secretário de Estado para a Câmara Municipal de Setúbal, a clarificar as dúvidas que lhes tinham sido colocadas e a colocar as várias questões.

De facto, tinha chegado um e-mail, assinado pela Sra. Secretária de Estado, que não tinha colocado, para preservar, também, a própria imagem da Sra. Secretária de Estado, que reafirmava que o acordo de colaboração era um modelo padronizado e que, portanto, não poderiam alterar os termos do acordo, apesar de compreenderem o que se tinha proposto. Tinham clarificado algumas alterações que se tinham verificado no aviso, que tinham achado relevantes, mas, ainda assim, insuficientes, como considerar que, ao valor indicativo de 55 euros por metro quadrado, poderiam crescer 10 por cento para outras despesas que estivessem previstas e - isso sim, mais importante - era que, para a elegibilidade das operações, deixasse de ser necessário já estar adjudicada a obra, mas, sim, apenas estar lançado o procedimento concursal.

Na data em que tinham recebido essa resposta da Sra. Secretário de Estado, que não os satisfazia, naturalmente, totalmente, como era afirmado na proposta, a câmara já tinha lançado os procedimentos concursais e, naquele momento, estava na fase de contratação desses procedimentos. Portanto, a câmara nunca tinha negado, nunca tinha olhado nem assobiado para o lado, nem nunca se tinha escondido atrás de qualquer dúvida jurídica de a quem competia o quê, do que é que devia ser feito e de como devia ser feito, para ajudar e para dar resposta a essa situação, à luz – e mal comparado - do que tinha feito com o Convento de Jesus, com o Forte de São Filipe e com outros espaços do município.

Embora com todas essas considerações, era preciso terem noção de que estavam aprovar aquilo e terem consciência de que, não havendo qualquer assunção formal de responsabilidade pelo Ministério da Educação, a Câmara Municipal de Setúbal ia-se candidatar a fundos que eram exclusivos e destinados exclusivamente para os municípios, para utilização pelos municípios, porque não havia mais ninguém para poder proceder à remoção das coberturas de amianto que ainda persistiam em escolas da responsabilidade do Ministério da Educação, no nosso território.

Esperava que, no dia seguinte, não surgisse, sob qualquer perfil falso ou coisa do género, ou sobre qualquer perfil assumido por parte do Partido Socialista, qualquer cartaz do Partido Socialista na cidade, como já tinha feito noutros municípios, a dizer que a Escola Dom Manuel

4

Martins, a Escola Básica de Aranguez e a Escola Básica de Vila Nogueira, iriam ter remoção do amianto porque o Partido Socialista assim tinha promovido.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que ia tomar nota das questões levantadas pelo Sr. Vereador, no sentido de o Partido Socialista, na sua ação livre, ter algum cuidado.

Os vereadores do Partido Socialista saudavam a celebração daquele acordo de colaboração. Era verdade que tinha sido com aquele governo, com o Governo do Partido Socialista, que esse passo tinha sido dado, um passo que não tinha sido dado de forma isolada. Era um passo que tinha sido dado com a colaboração das autarquias - chamava-se, precisamente, "Acordo de Colaboração" -, mas esse passo tinha sido dado, podia concordar-se, ou não, por aquele Governo do Partido Socialista com militantes do Partido Socialista, pessoas ligadas ao Partido Socialista, mas, também, com pessoas ligadas ao Partido Comunista, aos Verdes, ao PAN e ao próprio PSD. Todos os partidos tinham ido levantando essas questões ao longo do tempo, mas tinha sido o Governo do Partido Socialista que tinha tomado essa decisão. Portanto, era por isso que estavam ali, naquele momento, a aprovar esse acordo de colaboração.

Como o Sr. Vereador tinha dito e bem, a proibição do amianto, ou o reconhecimento dessa perigosidade, remontava a 2003, à diretiva de 2003. Portanto, queria corrigir algumas declarações da Sra. Presidente feitas aquando da primeira discussão daquele assunto, dizendo que, no tempo do Partido Socialista e de Mata Cáceres nada tinha sido feito. Ora, Mata Cáceres tinha saído antes de 2003. Portanto, antes de 2003 não havia essa situação ainda declarada, de perigosidade do amianto.

Em 2009, os vereadores do Partido Socialista tinham levantado pela primeira vez o problema do amianto nas escolas no nosso concelho, de escolas básicas do nosso concelho. A Câmara Municipal de Setúbal, através da Sra. Presidente, tinha feito e muito bem, o levantamento dessas escolas que tinham ainda o telhado com amianto. Durante esse tempo, a Câmara Municipal de Setúbal tinha ido fazendo aquilo que tinha sido possível, numas situações bem, noutras não tão bem. Recordava a questão da Escola das Amoreiras, onde o assunto não teria ficado resolvido, porque chovia dentro da escola, mas percebiam, até por declarações do Sr. Vereador responsável pelo pelouro, que aquela escola, em princípio, seria para demolir. Portanto, iria haver a demolição da Escola das Amoreiras e, daí, também não existir, naquele momento, uma preocupação com essa escola. Também não sabiam se isso era verdade, ou não, mas tinham sido declarações proferidas numa reunião pelo Sr. Vereador.

Portanto, aquilo que tinham a dizer era saudar a celebração daquele acordo e que, efetivamente, se resolvesse esse problema, porque, resolvendo esse problema, estavam, também, a valorizar o ensino, a valorizar o ensino público e a educação no nosso país.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse ao Sr. Vereador Fernando José que a liberdade de intervirem como entendessem não lhes permitia mentir numa reunião pública. Tinha registado o que o Sr. Vereador tinha colocado ali. Tinha toda a sua liberdade política, mas ficava-lhe muito mal, usar de mentira para poder fazer a afirmação da sua opinião política. O Sr. Vereador que não fizesse um ar de espanto. A retórica não permitia tudo e não valia tudo em política.

Havia de identificar o momento em que ele ou qualquer vereador da câmara tivessem afirmado que a Escola Básica das Amoreiras não teria qualquer intervenção porque era para demolir. Havia de identificar isso. Na escola que tinha tido uma intervenção de requalificação no âmbito do POR Lisboa 2020, na medida 10.5, com requalificação do espaço exterior, em que a Câmara e a União de Freguesias de Setúbal tinham intervindo na requalificação das casas de banho, na requalificação das salas de aula, na requalificação das zonas sujas da escola. Havia de explicar onde é que a câmara tinha dito que não iria intervir naquela escola porque era para demolir e havia de explicar, então, porque é que o referia, mentindo. Naquele caso, não era mentindo, era lançando o alarme público e, de alguma forma, caluniando a Câmara Municipal de Setúbal, porque, numa opção técnica, puramente técnica e bem resolvida à data, tinha decidido encapsular a cobertura de amianto daquela escola, uma das

4

opções técnicas que estavam consideradas e aprovadas na diretiva europeia - por acaso, tinham-se esquecido de fazer essa referência - que vinha dar corpo aquela resolução.

Não valia a pena o Sr. Vereador confundir coisas. A Câmara tinha intervindo na sua data e tinha permitido que até ao presente, naquela escola, ao contrário da Escola Básica de Aranguez, que era da responsabilidade do seu Governo. Podia dizer, desde 2003, quantas vezes tinha sido da responsabilidade do Governo PS, tinham sido vários anos. Podia ser distração sua, mas não tinha visto na intervenção do Sr. Vereador uma preocupação tão grande - nas redes sociais, nos jornais, no que quer que fosse -, a falar sobre a necessidade da resolução desse problema. Essa sim, com problemas de segurança para a população que lá estudava, de facto.

O Sr. Vereador tinha vindo dizer que a câmara não tinha resolvido, mas a câmara tinha decidido intervir na Escola das Amoreiras porque se tinha partido a cobertura, e, como se tinha partido a cobertura – não, não chovia lá dentro assim, como estava a dizer -, a câmara tinha entendido, ainda sem aquele programa comunitário, proceder à remoção dessa cobertura e tinha entendido, também, na altura, já que iria fazer uma intervenção na Escola Básica de Santa Maria, que iria também aproveitar e remover também a cobertura da Escola Básica de Santa Maria.

O que o Sr. Vereador estava a dizer era outra coisa, que não confundisse. Tinham previsto e estavam a trabalhar num projeto para ampliação da Escola Básica das Amoreiras, para acabar com os regimes duplos, o que outra coisa, completamente diferente. O Sr. Vereador nunca tinha estado presente em alguma reunião em que tivesse dito isso e, se alguém lho tinha ido dizer, tinha mentido e o Sr. Vereador tinha vindo reproduzir a mentira sem, sequer, procurar esclarecer a dúvida e isso responsabiliza-o. Responsabiliza-o usar a mentira, que tinha sido o que o Sr. Vereador tinha feito, tinha usado da mentira.

Este Governo tinha um mérito, não tinha dúvidas. Tinha sido, no quadro atual - também era difícil, pelo menos, isso não fazer -, conseguir alterar o regulamento comunitário, para que essas intervenções, desde que melhorassem a eficiência energética, pudessem ser financiadas a 100 por cento. Desde que melhorassem a eficiência energética. Então, o Governo tinha decidido colocar um preço indicativo do metro quadrado de remoção daquelas coberturas, tendo como referência um conjunto de coberturas que tinha andado a colocar pelo país, que não tinham em conta a melhoria da eficiência energética.

Sobre aquelas matérias tinham as dúvidas todas que tinham e tinham a sua opinião política, mas entendiam que, quando tinham que intervir, intervinham e não olhavam a meios para o fazer, como já tinham feito no Convento de Jesus, como já ali tinha sido dito, como tinham feito no Forte de São Filipe e como estavam a fazer nos centros de saúde.

Era muito fácil, num gabinete, determinar que *“olha, temos aqui uns parceiros.”* Alguém da Secretaria de Estado da Educação considerava que tinham um ministro que respondia pelos municípios. Devia ter sido alguém que também tinha entendido que bastava um despacho de um senhor secretário de Estado para convocar os eleitos nas autarquias, para irem proceder a uma votação. Devia ser a mesma pessoa, que considerava que os municípios deviam exercer as funções da organização desconcentrada do Estado, como havia pouco tinham estado a falar. Então, esse alguém, num determinado gabinete, tinha dito que *“os municípios fazem e pomos este preço que aqui está”* - preços de 10 ou 15 anos atrás.

Estavam com um problema concreto em Azeitão, com a construção do novo centro de saúde. É que o Governo aprovava programas que punham como preço máximo 1.200 euros por metro quadrado e o projeto da responsabilidade - não era da Câmara Municipal de Setúbal - da ARS de Lisboa e Vale do Tejo custava entre 1.500 e 1.600 euros o metro quadrado. Estavam a discutir quem pagava a diferença e, nos próximos capítulos, apresentariam a resposta.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que era só para dizer que não tinha por hábito mentir. Podiam era não gostar de ouvir aquilo que dizia, mas isso eram outros trezentos. Aquilo que tinha dito e voltava a repetir, precisamente para que não restassem dúvidas e tinha ficado em ata, tinha sido que as declarações da Sra. Presidente, a propósito da não intervenção do

Partido Socialista e, nomeadamente, de Mata Cáceres, sobre aquele tema, eram infundadas, porque a diretiva datava de 2003 e em 2003 já o Presidente Mata Cáceres não estava naquela Câmara, no Partido Socialista.

Depois, tinha começado por dizer que, em 2009, os vereadores do Partido Socialista tinham apresentado ali, pela primeira vez, o problema do amianto, através de uma moção. Depois dessa moção, que tinha sido aprovada, a Sra. Presidente, e bem, tinha colocado os serviços a fazerem um levantamento de quais as escolas que tinham telhados com amianto, porque nem todos os telhados com fibrocimento tinham amianto, podiam, ou não, ter amianto.

Esse levantamento tinha sido feito e, depois desse levantamento, algumas intervenções tinham sido feitas. Em Santa Maria da Graça o encapsulamento tinha resultado e nas Amoreiras não tinha resultado. Depois, tinha dito que nas Amoreiras havia um problema. Na escola das Amoreiras existia um problema que o Sr. Vereador sabia e conhecia. O Sr. Vereador tinha reunido com a Associação de Pais e, numa das reuniões com a Associação de Pais - o Sr. Vereador reunia, mas eles também reuniam -, aquilo que lhes tinha sido transmitido pela Associação de Pais tinha sido que o Sr. Vereador teria dito, quando confrontado com a questão de chover dentro da escola - o Sr. Vereador sabia que chovia dentro daquela escola -, aquilo que o Sr. Vereador tinha dito tinha sido que aquele era um problema que não se iria colocar a longo prazo, porque aquela escola estava em vias de ser demolida. Acabava de confirmar ali, efetivamente, que existia um projeto para o alargamento da escola - quiçá noutro local que não aquele, porque não estava a ver ali espaço para o alargamento da escola -, mas tudo bem.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que, em primeiro lugar, era de muito mau tom qualquer um deles – valia apenas dizer isso - responsabilizar terceiros por algo que afirmava ali, sem sequer os terceiros estarem presentes. De facto, não tinha o Sr. Vereador em tão má conta e tinha-o surpreendido. Ficava, talvez, surpreendido, porque a educação que os seus pais lhe tinham dado tinha sido no sentido de ter alguma esperança pelo bom trato ou pela educação, pela formação e pela verticalidade das pessoas, mas já tinha percebido que era fácil fazerem ali afirmações com base em terceiros, que não estavam presentes e não podia haver qualquer discussão.

Registava que o Sr. Vereador apenas ouvia o que entendia e como queria, mas achava que isso não era positivo. O Sr. Vereador podia ter mais alguma humildade em alguns momentos - ficava-lhe bem -, mas era como lhe tinha dito.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. Augusto Cruz – Disse que, finalmente, tinha ouvido falar sobre o nosso monumento nacional.

Relacionado com a praça, todos os vereadores tinham posto em causa o Mercado do Livramento. Tinha ficado estupefacto: porque razão é que queriam vender o mercado ao Pingo Doce? Tinha-se calado, no dia a seguir tinha ido à praça e tinha falado com os indivíduos do campo. Tinha feito com que eles tivessem arranjado uma comissão e o máximo de assinaturas e fossem registar no notário.

Felizmente, tinham feito isso e, naquele momento, a praça pertencia-lhes a eles. Ao fim de 22 anos, finalmente, houve alguém que tinha tentado explorar um erro, mas a verdade tinha sido essa. Purlando, estava satisfeito, porque tinha feito alguma coisa.

Na semana anterior tinha mandado a correspondência relacionada com o processo da juíza Graça Fernandes e os seus elementos para o Tribunal Constitucional. Tinha sido céleres e, passados 2 ou 3 dias, tinham-lhe enviado uma carta a dizer que tinha que entregar na Provedora de Justiça.

4

Como sabiam, já tinha declarado várias vezes que estávamos num país completamente desorganizado. Os factos eram quase infundáveis.

Tinha-se tornado notícia alarmante a informação revelada pelo juiz Vítor Caldeira, perante factos inaceitáveis, apertando as ações da imoralidade obscura.

Não podíamos esquecer que Portugal já tinha sofrido 3 bancarrotas sob o controlo do PS. O maior do momento, de nome António Costa, não ia esquecer aquela mensagem recebida, que tinha alertado todo o país.

A corrupção no país era quase infundável. Setúbal não passava despercebida, perante os problemas denunciados por ele, recentemente, em vários aspetos, assim como outros que estavam apresentados na Provedora de Justiça.

Factos de corrupção: Soares da Costa acusada de fraude e branqueamento. Construtora era suspeita de ter aceitado parceria com promotores de hotel, para sacar milhões ao Turismo de Portugal. O Ministério Público tinha acusado 7 arguidos.

Milhões empatados em obras que não andavam nem desandavam: Viaduto de Monção tinha sido construído havia cerca de 30 anos, mas não tinham sido efetuados os necessários acessos. Portanto, gasto de dinheiro em prejuízo do público. Cemitério que tinha custado 1 milhão e 300 mil euros tinha ficado a monte. Piscinas cobertas pouco usadas tinham fechado. Piscina olímpica inacabada. Estação de tratamento de águas e respetivos reservatórios tinham custado 4 milhões e 800 mil euros e não tinham condições técnicas nem financeiras para funcionar.

Um exemplo flagrante de altíssima corrupção tinha sido a construção da Ponte Vasco da Gama. Quantos é que tinham sido presos? A Mota Engil tinha conseguido o prolongamento, por 27 anos, do Terminal de Alcântara, sem concurso. Tinha havido uma simples troca de palavras, perante o génio do PS de nome Jorge Coelho.

Ficava apreensivo com a possibilidade de haver tanta degradação moral. A tentativa de alcançar a prova tinha sido o silêncio.

As peripécias de Mata Cáceres, durante o seu mandato: estava na Rua Álvaro Castelões quando lhe tinha surgido, à frente da comitiva, o próprio Jorge Coelho, que lhe tinha pedido para se afastar. Como não tinha saído, tinha tentado empurrá-lo e tinha seguido em frente. Nunca mais o tinha visto. O autoritarismo, com ele, não dava.

Tínhamos 2 milhões e 600 mil pessoas em risco de pobreza acrescida de exclusão. Era a vergonha nacional. O próprio Estado e os seus mandantes não tinham um mínimo de pudor, apresentando-se como defensores dos pobres. A pobreza que os fascinava afetava o cérebro infantil, onde os estímulos eram processados mais devagar e o “stress” era maior, podendo causar dificuldades na aprendizagem escolar. O próprio desenvolvimento do hipocampo era diminuído.

O país estava totalmente desacreditado pela falta de organização geral. Dizia-o e frisava, abertamente.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas e quarenta e quatro minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara,



Maria da Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata, que foi aprovada em reunião de Câmara de 21 de outubro de 2020, por unanimidade, contém 33 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:
Carlos Mendes e Aldora Poeira

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
Paulo Hortênsio